



UFRJ

Estratégias de Indeterminação em cartas do século XIX

Vítor Cezário Silveira Campos

Rio de Janeiro
Março de 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



UFRJ

Estratégias de Indeterminação em cartas do século XIX

Vítor Cezário Silveira Campos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Letras Vernáculas), Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas, na Área de Concentração Língua Portuguesa.

Orientador: Dinah Callou

Rio de Janeiro
Março de 2010

ESTRATÉGIAS DE INDETERMINAÇÃO EM CARTAS DO SÉCULO XIX

Vítor Cezário Silveira Campos

Orientador: Prof^a. Doutora Dinah Callou

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Letras Vernáculas), Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas, na Área de Concentração Língua Portuguesa.

Examinada por:

Presidente, Professora Doutora Dinah Callou – Orientador

Professora Doutora Cláudia Cunha – UFRJ

Professora Doutora Jacyra Andrade Mota – UFBA

Professora Doutora Yonne de Freitas Leite – Suplente

Professor Doutor Mario Martelotta – Suplente

Rio de Janeiro
Março de 2010

Campos, Vítor Cezário Silveira.

Estratégias de Indeterminação em cartas do século XIX / Vítor Cezário Silveira Campos - Rio de Janeiro: UFRJ/ FL, 2010.

XCVIII, 98f.: il.; 2,5 cm.

Orientador: Dinah Callou

Dissertação (Mestrado) – UFRJ/ Faculdade de Letras/

Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, 2010.

Referências Bibliográficas: f. 94-96

1. Indeterminação. 2. Variação. 3. Cartas. 4. Século XIX.
I. Callou, Dinah. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. III. Estratégias de Indeterminação em cartas do século XIX.

Agradecimentos

Primeiramente, a Deus por me dar sabedoria e força para conseguir superar todos os obstáculos que surgiram ao longo desses dois anos, permitindo que eu alcançasse mais um objetivo em minha vida.

Aos meus pais Eli e Dilza, que sempre me mostraram que o melhor e mais seguro caminho para alcançar meus sonhos seria por meio do estudo e da dedicação.

Aos amigos inseparáveis e insolúveis, em especial Diego Ignácio e Tiago Cavalcante, por todas as vezes que me apoiaram e compreenderam as ocasiões em que não pude estar por perto devido às abnegações causadas pela dissertação.

À Professora Maria Eugênia, pelos ensinamentos e conselhos, transmitidos com muito carinho e aos demais professores que fizeram e fazem parte de minha vida.

À CAPES, por ter financiado parte dessa pesquisa.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

À Professora Dinah Callou, que sempre me mostrou que o mundo mágico da pesquisa pode nos levar a lugares nunca antes explorados, totalmente imprevisível. Revelando-se não apenas como uma orientadora no espaço acadêmico, por muitas vezes assumiu o papel de mãe e amiga, ensinando-me a valorizar e investir cada vez mais em minha vida profissional. Apesar das diferenças futebolísticas, ela, flamenguista, eu, vascaíno, sempre exigiu o meu máximo para que eu evoluísse sempre mais, como pesquisador, professor, cidadão e homem.

À amiga Érica Sousa, que se mostrou nos últimos tempos não apenas como uma confidente diante das adversidades do mestrado, mas também diante das dúvidas e incertezas amorosas. Em momentos decisivos, assumiu a função de “anjo da guarda”, não permitindo que eu tomasse qualquer decisão precipitada.

Por fim, exatamente por representar o maior grau de importância dentre todos aqueles que existiram, existem e ainda existirão em minha vida, menciono LUANA MARIA SIQUEIRA MACHADO. Como pessoa, ensinou-me que todo obstáculo que surge em nossas vidas nada mais é do que uma leve brisa que antecede o frescor de uma chuva de verão. Como amiga, mostrou-me que a sinceridade, a lealdade e a cumplicidade são os principais pilares que sustentam toda relação duradoura. Como amante, comprovei ao seu lado que, de fato, não “começamos a viver quando nascemos, mas sim quando aprendemos a amar”. E foi exatamente isso que você, “Bebê”, ensinou-me: acreditar no amor mesmo quando ele não acredita mais em nós. Sem dúvida, essa dissertação só foi iniciada e finalizada graças à importância que você desempenha em minha vida; é por isso, entre outras razões, que AMO VOCÊ!!!

*“À beira do abismo, percebemos o quanto
evoluímos”*

SINOPSE

Estudo sobre as formas de indeterminação na escrita padrão observadas em cartas do final do século XIX. Estratégias e mecanismos de indeterminação e sua distribuição por dois tipos de texto: *cartas particulares* e *cartas ao jornal Correio Paulistano*. (Des)Prestígio de formas de acordo com a (in)formalidade textual, associado a possíveis mudanças na escrita do português brasileiro.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS.....	x
INTRODUÇÃO.....	12
1. Visão geral sobre a Indeterminação.....	18
1.1. A visão da Gramática Tradicional.....	18
1.2. Estudos anteriores sobre a Indeterminação em Português.....	31
1.2.1. Modalidade escrita.....	31
1.2.2. Modalidade oral.....	44
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	47
2.1. A Sociolinguística Variacionista: brevíssimas considerações.....	47
2.2. A associação do quadro variacionista com os processos de Indeterminação.....	51
2.3. Objetivos e Hipóteses.....	57
2.4. Os <i>corpora</i>.....	61
3. ANÁLISE DOS DADOS.....	64
3.1. Os grupos de fatores.....	64
3.1.1. Tipo de texto	65
3.1.2. Formas finitas e infinitivas	65
3.1.3. Estratégias de indeterminação	66
3.1.4. Representação nula e plena das formas pronominais	72
3.1.5. Concordância entre verbo transitivo direto e argumento interno no plural	74
3.1.6. Uso de <i>se</i> com infinitivo	75
3.2. A Análise dos resultados.....	76
3.2.1. Estratégias de indeterminação com formas verbais finitas	76
3.2.1.1. Distribuição geral das estratégias com formas verbais finitas	76
3.2.1.2. Distribuição das estratégias de indeterminação por tipo de texto.....	80
3.2.1.3. Representação nula e plena das formas pronominais	82

3.2.1.4. Não-Concordância entre verbo e argumento interno plural em construções com se	84
3.2.2. Estratégias de indeterminação com formas verbais com infinitivo	88
3.2.2.1. O uso de se com infinitivo	88
CONCLUSÕES	91
BIBLIOGRAFIA	94
RESUMO	97
ABSTRACT	98

Índice de Tabelas e Gráficos

Tabelas

Tabela 01 – Distribuição das estratégias de indeterminação com formas verbais finitas em cinco amostras de fala	46
Tabela 02 – Distribuição das formas pronominais de indeterminação nulas e plenas	46
Tabela 03 – Frequência de sujeitos pronominais plenos por localidade (Monteiro, 1994:143).....	54
Tabela 04 – Estratégias de Indeterminação em construções finitas	77
Tabela 05 – Representação nula e plena das formas pronominais em cartas do século XIX.....	82
Tabela 06 – Ocorrência de não-concordância em construções com se em cartas do séc. XIX	85
Tabela 07 – Uso do se com infinitivo em cartas do século XIX	89

Gráficos

Gráfico 01 – Ocorrência total de sujeitos pronominais plenos (adaptado de Duarte, 1993:112)	53
Gráfico 02 – Distribuição das estratégias de indeterminação em sentenças finitas por período de tempo (adaptado de Cavalcante, 1999: 66)	56

Gráfico 03 – Estratégias de Indeterminação em cartas do século XIX	80
Gráfico 04 – Estratégias de Indeterminação em cartas do século XIX	80
Gráfico 05 – Forma de representação do pronome – 1ª pessoa do plural	83
Gráfico 06 – Forma de representação do pronome – 3ª pessoa do plural.....	84
Gráfico 07 – Ocorrência de não-concordância entre verbo e argumento interno em construções com se nas sentenças finitas	86
Gráfico 08 – A presença do se com infinitivo em cartas do séc. XIX	90

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca estudar as diferentes estratégias de indeterminação do sujeito no português brasileiro, com base na análise de cartas do final do século XIX. Parte-se de um estudo quantitativo, auxiliado pela sociolinguística variacionista laboviana, em que se propõe comprovar as hipóteses e os resultados discutidos pelos diversos trabalhos sobre o tema em questão – Almeida (1992), Cunha (1993), Duarte (1995), Cavalcante (1999, 2002), Duarte (2002), Lopes (2003), entre outros. A fim de realizar um levantamento dos processos utilizados por pessoas ilustres, residentes, em sua grande maioria, na cidade do Rio de Janeiro, para indeterminar o sujeito, esta pesquisa pretende estabelecer um paralelo entre as formas impostas pela tradição gramatical e o uso de estratégias pronominais inovadoras (cf. Duarte 1995) para a concretização desse fenômeno. Para tanto, o cenário escolhido para a observação do fenômeno da indeterminação foi o gênero cartas, em que houve a coletânea de dois grupos distintos quanto à sua formalidade textual.

Conforme é prescrito pelas gramáticas normativas, a indeterminação do sujeito ocorre quando “*o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento*” (Celso Cunha, 1977:141).

Em sentenças finitas, a indeterminação é realizada por meio de apenas duas maneiras distintas: (I) por um sujeito não expresso acompanhado de verbos na 3ª pessoa do plural, como se observa em (1); (II) ou pelo emprego do pronome *se* junto a verbos intransitivos, transitivos indiretos ou, até mesmo, verbos de ligação, na 3ª pessoa do singular, como em (2), (3) e (4), respectivamente.

- (1) Disseram coisas absurdas a respeito de Pedro.
- (2) Vive-se mal em cidades poluídas.
- (3) Precisa-se de professores capacitados para o cargo.
- (4) Nunca se está satisfeito com a vida.

De acordo com a maioria dos gramáticos, é considerado “erro” o uso da segunda estratégia de indeterminação sem a presença da partícula *se*. No

entanto, Evanildo Bechara (1977) postula que há uma terceira estratégia, que faz referência ao uso da 3ª pessoa do singular sem a presença do *se*. Esse caso, segundo o próprio autor, é observado, principalmente, com a expressão “Diz que...”, como ilustrado em (5).

(5) Diz que eles vão bem.

Em relação ao emprego do *se* somado a verbos transitivos diretos, ainda conforme a gramática normativa, nota-se que há uma estrutura de voz passiva sintética, em que se observa um sujeito classificado como paciente, estabelecendo, obrigatoriamente, concordância com o verbo referente. Seguem os exemplos:

(6) Neste lugar, vendem-se salgadinhos recheados.

(7) Não se aceitam reclamações descabidas.

Esse tipo de estrutura não aparece entre as formas de indeterminação, sendo considerada “erro” uma ocorrência como (8) e (9), uma vez que não houve a concordância entre verbo e sujeito paciente.

(8) Aluga-se apartamentos mobilhados.

(9) Dá-se aulas de apoio.

Já em sentenças infinitivas, não há, segundo a tradição gramatical, necessidade de qualquer marca, já que o infinitivo “é impessoal, não se refere a nenhum sujeito” (cf. Cunha & Cintra, 1985:474), ou “não faz referência a qualquer sujeito, exprime a ação de modo vago, à maneira do substantivo” (cf. Bechara, 1977:244), como se nota em (10) e (11):

(10) Viver no Rio de Janeiro ainda é um bom negócio.

(11) Reformar, e não inovar, é o voto do legislador prudente.

Sobre a indeterminação do sujeito em sentenças com o verbo no gerúndio, a gramática normativa apresenta apenas a ocorrência com o clítico

se precedido por preposição, como se observa nos exemplos de Cunha & Cintra (1985:481) em (12) e (13):

(12) Em se lhe dando corda, ressurgia nele o tagarela da cidade.

(13) Em se tratando de novas perspectivas, nada há de concreto.

De acordo com o que se observa nessa breve análise, conclui-se que as Gramáticas Tradicionais não apresentam uma análise mais aprofundada sobre o estudo da indeterminação do sujeito, principalmente se levarmos em consideração o fato de inúmeras pesquisas já terem mostrado uma variedade muito mais ampla diante das estratégias utilizadas para a concretização desse fenômeno. De fato, percebe-se que há, ao contrário do que nos aponta a norma gramatical, uma tendência significativa ao uso de variadas formas pronominais, como por exemplo, *nós*, *a gente* e *você*, preferencialmente plenas, na modalidade oral do Português do Brasil (cf. Almeida, 1992; Cunha, 1993; Duarte, 1995, entre outros estudos), ao mesmo tempo que se torna cada vez menos freqüente o emprego da partícula *se* e da 3ª pessoa do plural sem o pronome expresso. Os exemplos de Cunha (1993), observados em (14) e (15), e Duarte (1995), observados em (16) e (17), mostram o quanto estratégias pronominais alternativas e inovadoras para indeterminar o sujeito se revelam usuais no português falado há algum tempo:

(14) De 1789 a 1848, **nós** temos na Europa Ocidental e nas comunidades européias... **nós** temos o que se chama a era das constituições.

(15) Mas no norte se encontra muito ainda alguma coisa nesse sentido, quer dizer, o bom senso de construir tendo em vista o clima tropical. **Nós** enchemos o Rio de concreto armado, de vidro, acumulando calor.

(16) **Você**, quando **você** viaja, **você** passa a ser turista. Então **você** passa a fazer coisas que **você** nunca faria no Brasil.

(17) Hoje em dia, quando **a gente** levanta as coisas, é que **a gente** vê tudo o que aconteceu. Mas na época **a gente** não podia acreditar.

Já em relação à modalidade escrita, os trabalhos se dedicam, em sua grande maioria, à análise do clítico *se* nas construções finitas (cf. Naro, 1976; Nunes, 1990), mostrando, em muitos casos, a ausência de concordância, até

então obrigatória, segundo a norma, entre o verbo transitivo direto e o seu argumento interno.

Segundo Naro (1976), além do predomínio do “se passivo”, a modalidade escrita já começa a incorporar, a partir de meados do século XVI, a variante com “se indeterminador”, ou seja, sem a concordância com o argumento interno de verbos transitivos diretos, em certos contextos gramaticais e em tipos de textos mais informais. Os resultados de Nunes (1990) corroboram o aparecimento da não-concordância desde o século XVI, superando a construção passiva no século XIX. Nesse sentido, há uma semelhança superficial entre a estrutura passiva e a estrutura ativa. Observe o paradigma a seguir, apontado por Naro (1976):

(15)

- a. Vendem-se as máquinas pelo fabricante.
- b. Vendem-se as máquinas.
- c. Vende-se as máquinas.

Contrariando os preceitos da norma padrão, nota-se uma variação em nosso sistema lingüístico presente na escrita, o que levou inúmeros autores (cf. Duarte, 1999; Cavalcante, 1999; Duarte e Lopes, 2002, entre outros) a reanalisar a partícula *se*, além de apontar quais os recursos utilizados mais freqüentemente para indeterminar o sujeito.

A partir dos resultados das referidas pesquisas realizadas sobre o tema em questão, este trabalho tem como objetivo analisar as possíveis estratégias que visam indeterminar o sujeito (formas pronominais e usos do “se” – em sentenças finitas e nas infinitivas), utilizadas na modalidade padrão escrita, na segunda metade do século XIX, em cartas pessoais escritas por homens ilustres a Rui Barbosa e também em cartas dirigidas ao jornal *Correio Paulistano* pelo Senhor Christiano Benedicto Ottoni, classificadas pelo autor como *artigo* e inseridas na seção *editorial* pelo jornal. A análise desses *corpora* possibilitará entendermos melhor o funcionamento do processo de indeterminação frente a um gênero textual bastante peculiar – carta –, principalmente no momento em que estabelecermos uma comparação entre diferentes tipos modalidades, pertencentes ao mesmo período – essas

diferenças poderão ser observadas em vários aspectos, como, por exemplo, na estrutura e nas características gramaticais. Além disso, os resultados nos permitirão, ao mesmo tempo, estabelecer relação com outros fenômenos lingüísticos que se revelam significativos no Português Brasileiro da época, contribuindo, por conseguinte, para os estudos de mudança sintática do PB.

Nesse sentido, esta pesquisa apresentará como parâmetros para a análise alguns trabalhos já mencionados, como Naro (1976) – precursor entre os estudos sobre as construções com *se* no quadro dos estudos lingüísticos modernos – e Nunes (1990), que analisa as sentenças com *se-passivo* e *se-indeterminador*, em uma visão sincrônica e diacrônica. Também serão levadas em consideração as pesquisas de Duarte (1999), que analisa construções com “*se* apassivador” e “*se* indeterminador” em anúncios do século XIX, Duarte e Lopes (2002), que levantam todas as formas de indeterminação do sujeito em cartas de leitores e redatores de jornais do século XIX, e a dissertação de mestrado de Cavalcante (1999), que analisa o mesmo fenômeno com base em editoriais, matérias assinadas e crônicas de jornais cariocas do mesmo período. Esses últimos consideram ainda, o emprego da 3ª pessoa do plural, com a forma pronominal *e/les* preferencialmente nula, além do uso de *se* e *nós* (1ª pessoa do plural) como formas pronominais de indeterminação. Além disso, as autoras separaram as sentenças finitas das não-finitas, visto que a tradição gramatical nos mostra que o uso do *se* é recomendado no primeiro caso e recriminado no segundo.

Sendo assim, esta dissertação foi dividida da seguinte forma:

No primeiro capítulo, apresento uma descrição do posicionamento de algumas Gramáticas Tradicionais a respeito dos processos de indeterminação do sujeito nos dois últimos séculos. Em seguida, as hipóteses e os resultados de alguns dos principais trabalhos sobre o tema em debate, tanto na modalidade escrita quanto oral, serão destacados, haja vista que esta pesquisa se orienta a partir dos pressupostos teórico-científicos apontados por eles. Por fim, ressalto as divergências entre o posicionamento da norma gramatical e os estudos variacionistas.

No segundo, apresento os pressupostos teórico-metodológicos e as hipóteses que norteiam esta pesquisa. Também são apresentados os *corpora* utilizados como fonte de análise, estabelecendo, dessa forma, algumas

diferenças e semelhanças encontradas dentro do mesmo gênero textual – *carta*. Ainda que pertencessem ao mesmo período histórico (final do século XIX) foram classificadas de duas formas diferentes: *cartas pessoais* e *cartas a jornal*. O primeiro grupo escrito por pessoas ilustres, moradoras, quase todas, na capital do país – naquela época, a cidade do Rio de Janeiro –, tendo como destinatário Rui Barbosa; o segundo, sendo representado por um único remetente, mas também com uma escrita bastante refinada, pois possuía alto grau intelectual e destinava suas cartas ao Jornal Correio Paulistano.

O capítulo seguinte apresenta uma descrição da variável dependente e das variáveis independentes que foram utilizadas na análise dos dados, além de listar as estratégias de indeterminação do sujeito de base pronominal e nominal encontradas no *corpus* em questão. A seguir, são relacionadas hipóteses gerais e específicas da pesquisa com os fatores lingüísticos mais relevantes para esse estudo. Para tanto, os resultados são divididos entre as estratégias de indeterminação nas sentenças finitas e as estratégias de indeterminação em sentenças com infinitivo. Nesse momento, buscou-se analisar o comportamento de cada um dos recursos utilizados por cada escritor, sendo distribuídos por (a) tipo de texto – cartas pessoais ou ao jornal Correio Paulistano, (b) a representação nula ou plena das formas pronominais, (c) a (não-)concordância entre verbo transitivo direto e o argumento interno no plural em construções com o pronome *se* e (d) o emprego do *se* em sentenças infinitivas.

No último capítulo, menciono as conclusões a que a análise dos dados me permitiu chegar e busco comprovar as hipóteses por mim advogadas ao longo dessa pesquisa, de acordo com trabalhos anteriores já apontados, a fim de contribuir para os estudos variacionistas sobre os processos de indeterminação do sujeito na escrita do Português Brasileiro.

1. VISÃO GERAL SOBRE A INDETERMINAÇÃO

Este capítulo se dedica à apresentação de diferentes pensamentos a respeito da indeterminação. Além de apresentar a visão normativa, destaco os resultados de pesquisas anteriores sobre o tema, a partir de diferentes abordagens teórico-científicas. Com o intuito de expor os variados processos utilizados para indeterminar o sujeito, estabeleço um paralelo entre as modalidades escrita e oral no Português do Brasil, principalmente no que concerne às estruturas inovadoras frente àquelas estabelecidas pela norma gramatical.

1.1. A visão da Gramática Tradicional

A definição apresentada, geralmente, pelas Gramáticas Normativas a respeito do termo “sujeito” revela que se trata de um elemento da oração sobre o qual se declara alguma coisa, por meio da ação verbal, e com o qual o verbo concorda. No que concerne à sua classificação, os manuais o dividem em: “simples”, quando há apenas uma palavra-núcleo concordando com o verbo da oração; “composto”, quando há mais de uma palavra-núcleo; “oculto” (determinado, não-expresso), quando o elemento pronominal não está expresso na oração, mas pode ser identificado pela desinência verbal e “indeterminado”, quando não vem expresso na oração nem pode ser identificado. Nesse caso, a norma nos aponta apenas duas estratégias: (I) com verbos na terceira pessoa do plural, sem a presença do pronome e (II) com verbos transitivos indiretos, verbos intransitivos e verbos de ligação, ao lado do clítico *se*, na terceira pessoa do singular. Há, ainda, alguns casos em que a oração pode não apresentar um “sujeito”, quando, por exemplo, o verbo em questão for classificado como impessoal. Nesse caso, a Gramática Tradicional define essa estrutura como “oração sem sujeito”.

Ao analisarmos a classificação e a definição dada a cada tipo de sujeito, nos chamam a atenção, principalmente, aqueles definidos como “oculto” e “indeterminado”. Em relação ao primeiro caso, as Gramáticas Normativas pesquisadas são unânimes quanto à omissão do pronome sujeito e o seu resgate pela desinência verbal. Ribeiro (1884) evidencia o fato de que

“o **sujeito**, mormente quando **pronome substantivo, pode e até deve ser omitido**, sempre que de tal omissão não resultar escuridade do sentido”; (Cf. Ribeiro, 1884:256)¹

Os estudiosos Celso Cunha e Lindley Cintra (1985) e Rocha Lima (1972), a propósito da definição de “sujeito oculto”, corroboram o posicionamento de tantos outros gramáticos normativos de que a desinência verbal já seria o bastante para se referir à pessoa esperada:

“Os pronomes sujeitos *eu, tu, ele (ela), nós, vós, eles (elas)* são **normalmente omitidos** em português, porque as desinências verbais bastam, de regra, para indicar a pessoa a que se refere o predicado, bem como o número gramatical (singular ou plural) dessa pessoa...” (Cunha & Cintra, 1985:275)

“**Por serem explícitas nossas desinências, é comum a elipse do sujeito pronominal**: “Quereis talvez que vá acordar Carlos para que me faça o favor de aceitar minhas prendas?” (Julio Dinis) (in: Rocha Lima, 1972:323)

O que se pode notar é que a maioria das gramáticas nos sugere um sistema pronominal de acordo com a oposição de seis formas diferenciadas, permitindo que as desinências verbais existentes para cada pessoa sejam suficientes para resgatar o então chamado “sujeito oculto”. Todavia, pesquisas sobre o tema (Duarte, 1995; entre outros) revelam que há, na verdade, outras formas que se tornaram mais prestigiadas no PB, principalmente na modalidade oral. Estruturas como *a gente* e *você* passaram a fazer parte do repertório do falante brasileiro e a ocupar um espaço que antes era apenas preenchido pelas formas apresentadas pela norma gramatical. O distanciamento observado entre a realidade lingüística de nossos falantes e aquela vista nos manuais gramaticais é tão significativo que a forma *você* é encarada, ainda, pela grande maioria como apenas um pronome de tratamento. É interessante destacar que o único autor que menciona o fato de esse termo poder ser interpretado também como um “*pronome pessoal de 2ª pessoa que requer para o verbo as terminações da terceira*” é Rocha Lima (1972:112; 316). Além disso, o gramático postula que as “*formas retas ou*

¹ Todas as citações mencionadas nessa pesquisa seguem exatamente a estrutura gráfica de suas referidas fontes, tanto no que se refere aos exemplos quanto às explicações apresentadas.

subjetivas empregam-se como sujeito: eu/nós; tu, você/vós, vocês; ela, ela/eles, elas". Sobre a outra forma implementada em nosso quadro pronominal, *a gente*, não se observa nenhum comentário nas Gramáticas Normativas, ainda que seu uso seja bastante recorrente desde o final do século XIX.

Já em relação à classificação do sujeito como indeterminado pronominal, a análise feita por grande parte das gramáticas tradicionais nos mostra que há uma série de desencontros diante da definição atribuída a esse elemento. Na primeira gramática pesquisada, Ribeiro (1884), a noção de "agente" é relacionada à de "sujeito indeterminado", fazendo, por conseguinte, alusão a três usos distintos. Primeiramente, comparando as línguas românicas, o gramático cita formas em Latim, Italiano, Espanhol, Português, Francês e Valáquio, referentes ao substantivo *homem*, que "*assumem neste caso verdadeiro kharacter pronominal, e equivalem exactamente ao man allemão*" (e.g. "*O que homem traz na phantazia.*" "*Segredos que homem não conhece.*"). De acordo com esse uso, o gramático ressalta que apenas o francês conserva vigente o pronome *on* como indeterminador do agente.

A segunda estratégia apresentada por Ribeiro refere-se à palavra *gente*: "*em Portuguez a palavra gente presta-se a uso identico: Quando a gente tem tutor ou padrinho...*". Nesse caso, o escritor não a considera, contudo, uma autêntica forma pronominal a ser empregada como recurso de indeterminação.

Por fim, a última estratégia a ser abordada é o uso do verbo na terceira pessoa do plural sem sujeito expresso. Tal estratégia referir-se-ia tanto ao Latim quanto ao Grego, utilizada para indicar a indeterminação do agente, podendo ser substituída pela terceira pessoa do singular da voz passiva. Para tanto, Ribeiro (1884) faz a seguinte declaração:

"O mesmo dá-se na mór parte das linguas romanicas, o mesmo acontece em Inglez; em Italiano *si dice vale tanto como dicono*; em Inglez *credit is given to this e they give credit to this* são expressões identicas. Em Portuguez e Hespanhol são vernaculissimas construcções como estas: *Mataram o general em Paris. Me han convidado para las cinco menos cuarto.*" (Cf. Ribeiro, 1884: Anexo)

Fica evidente a idéia de que a recomendação de omitir os pronomes pessoais abarca também os casos de indeterminação do termo sujeito e/ou agente, estrutura que deve aparecer, obrigatoriamente, com o verbo na 3ª pessoa do plural sem o pronome expresso na oração. Ainda que esse posicionamento tenha sido formulado no final do século XIX, poucas mudanças são observadas em nossos manuais que optam por admitir a classificação de sujeito indeterminado.

A norma gramatical afirma que esse uso ocorre quando não se torna possível identificar tal elemento, ainda que ele exista. De acordo com Cunha & Cintra (1985), Evanildo Bechara (1987) e Rocha Lima (1980), esse fenômeno pode ser definido da seguinte forma:

Algumas vezes o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento. (cf. Cunha & Cintra, 1985: 125)

A língua portuguesa moderna indetermina o sujeito de duas maneiras diferentes: (a) pondo o verbo da oração (ou o auxiliar, se houver locução verbal) na 3ª pessoa do singular ou, mais freqüentemente, do plural, sem referência a pessoa determinada: **Diz** que eles vão bem, **Dizem** que eles vão bem; **Estão** chamando o vizinho; (b) Empregando o pronome *se* junto a verbo de modo que a oração passe a equivaler a outra que tem por sujeito *alguém*, *a gente* ou expressão sinônima: *Vive-se* bem aqui; *Precisa-se* de bons empregados. O pronome *se* nesta aplicação sintática recebe o nome de *índice de indeterminação do sujeito*. (cf. Bechara, 1987: 200)

O sujeito ainda pode ser determinado ou indeterminado. E determinado, se identificável na oração – explícita ou implicitamente; indeterminado, se não pudermos ou não quisermos especificá-lo. (cf. Rocha Lima, 1980: 206)

Como se pode perceber, Rocha Lima (1980) é o único dos autores mencionados que aborda o caráter de **determinação** para definir a **indeterminação**. Todavia, tanto Cunha e Cintra como Bechara apresentam a definição de “sujeito indeterminado” colocando-o dentro do mesmo grupo dos demais, sem qualquer distinção entre aqueles que apresentam uma definição pautada por um critério morfossintático, como por exemplo, “simples” e “composto”, “expresso” e “não expresso”.

Cabe ressaltar que o “sujeito indeterminado” pode ser identificado, ao contrário do que postulam os referidos gramáticos, se levarmos em conta apenas aspectos de caráter sintático. As sentenças analisadas por Milanez (1982), exemplos (16) e (17), nos mostram que há, na verdade, “uma confusão nos critérios de reconhecimento de um sujeito como indeterminado”:

(16) Fuma-se aqui.

(17) Fuma-se charuto aqui.

O pensamento da autora revela que, de acordo com o que a tradição normativa nos afirma, o exemplo (16) apresenta um sujeito classificado como “indeterminado”, haja vista que não há a possibilidade de identificarmos o realizador do ato de fumar. Já em relação ao enunciado (17), o sujeito é classificado como expresso, determinado e passivo, ou seja, apregoado pela palavra “charuto”. Entretanto, ao confrontar os dois casos com aquilo que é apresentado pelos três gramáticos citados como definição para “sujeito indeterminado”, nota-se que o aspecto semântico poderia ser utilizado para definir o tipo de sujeito em ambos os exemplos. Fica claro que a interpretação das duas frases nos mostra que existe um elemento realizador da ação verbal, mas que, neste caso, não está expresso e, por essa razão, não se pode determinar de quem se trata.

Após analisarmos o primeiro processo de indeterminação do sujeito estabelecido pela GT, cabe-nos olhar para o funcionamento do clítico *se*, elemento também utilizado como recurso de indeterminação. Ainda sobre Ribeiro (1884), nota-se que o autor utiliza o método histórico-comparativo para confirmar a tese de que o *se* pode ser utilizado, entre outras funções, como ferramenta para indeterminar o termo agentivo. Além disso, afirma que tal processo revela semelhanças significativas com aquele observado no latim, sendo que, de uma distinção entre três vozes verbais na língua ariana – a ativa, a média e a passiva –, o latim passou a exprimir a voz média por meio do pronome reflexivo *se*, que se juntou “*às fórmulas de todas as pessoas dos tempos de acção incompleta da voz activa para construir uma nova fórmula de voz média, que afinal veio a ser a passiva do período clássico*”. Conseqüentemente, forma-se a seguinte cadeia de mudança fonético-

fonológica: **lego** > **legose** > **legore** > **legor**. Dessa forma, Ribeiro conclui que “*é exactamente o mesmo que se dá nas linguas romanicas: a voz media ou reflexa converteu-se em voz passiva, apropriando-se nas terceiras pessoas a exprimir a indeterminação de um agente que não se especifica*”.

Nesse sentido, o gramático, com o auxílio da visão histórica, postula que estruturas contrastantes no âmbito sintático sejam encaradas como construções de agente indeterminado e, nesse caso, apresenta dois casos distintos: (1) a expressão impessoal: com verbos transitivos – e.g. *Diz-se. Crê-se. Sabe-se.* – e com verbos intransitivos – e.g. *Vai-se. Vem-se. Vive-se.*; (2) a expressão pessoal – “*N’este caso o verbo, que só transitivo pôde ser, regula-se pelo numero do sujeito*” – e.g. *Dá-se um baile. Plantam-se arvores.*

Como se pode perceber diante do posicionamento de Ribeiro, há uma abordagem bastante coerente visto que a partícula *se* é sempre classificada como reflexiva, admitindo variação apenas diante do tipo de expressão. Dessa maneira, conclui-se que o sujeito sintático não é semelhante ao agente indeterminado; pelo contrário, são termos distintos, como se nota no segundo caso, em relação aos termos “*baile*” e “*arvores*” – sujeitos sintáticos das orações: “*Dá-se um baile*” e “*Plantam-se arvores*”. Por outro lado, há a noção agentiva expressa pelos verbos de cada oração – o “realizador” da ação verbal –, que, nesse caso, remete-se a um elemento indeterminado.

Ainda sobre a construção com a voz passiva sintética, o autor nos mostra que existe a possibilidade de a substituímos por outras expressões que apontem a indeterminação do agente, como por exemplo, as palavras *homem* ou *pessoa*. É interessante ressaltar que essa substituição só ocorre diante de uma situação específica, ou seja, diante de frases em que se observe o uso do pronome *se* de forma “abusiva”, prevalecendo, portanto, sentenças com sujeito não expresso. Para exemplificar, Ribeiro escreve:

“Deixa-se de ter boas intenções todas as vezes que se escondem os sentimentos com expressões equivocadas – Quando se é criado no meio das riquezas tem se dificuldade em persuadir-se de que todos os homens têm direitos” melhor se construiriam: “deixa um *homem* de ter boas intenções todas as vezes que esconde os seus sentimentos com expressões equivocadas – A pessoa que é criada no meio das riquezas sente dificuldade em persuadir-se de que todos os homens têm direitos”. (cf. Ribeiro, 1884:262)

É interessante notar que a busca na história por uma explicação para o uso do *se* como elemento indeterminador do agente, interpretado, inicialmente, como reflexivo e, em seguida, como apassivador, pode também ser compartilhada por outro renomado lingüista, cuja teoria assumia os mesmos postulados de Ribeiro. Em sua gramática histórica da língua portuguesa, Said Ali (1971:177) apresenta a seguinte afirmação:

“Muitos verbos, porém, têm significação de tal espécie que, conjugados pronominalmente, não se prestam a ser interpretados como se executasse o sujeito algum ato recursivamente sobre a própria individualidade. *Espantei-me, enganei-me* só podem equivaler a *fiquei espantado, enganado (...)*”.

Não raro, outros verbos podem também admitir essas mesmas características, como é o caso dos intransitivos pronominais que expressam sentimentos – *lamentar-se, arrepender-se, referir-se*, entre outros –, revelando, nesse caso, um termo agente [+humano]. Além dessas estruturas, há sentenças em que se nota um agente com características não-humanas. Estruturas com tais verbos não podem ser encaradas como uma voz média, assim como se vê no exemplo: “A casa alagou-se”, que pode ser interpretada como “ficou alagada”. Uma alternativa encontrada por Said Ali para desfazer essa confusão é apresentada da seguinte maneira:

“Nestas frases os verbos na forma media denotam atos espontâneos, sem agente ou causa aparente. A linguagem, aproveitando-se desta facilidade, torna o mesmo processo extensivo a casos de outra espécie e trata **como se espontâneos fossem atos emanados de um agente que não se quer ou não se sabe mencionar**. Tal é a origem de *vendem-se casas, alugam-se quartos, alarga-se a rua, desbarata-se a fortuna*. Mas aqui, sendo latente a noção do agente humano, costuma-se colocar o substantivo no lugar que compete ao objeto direto, isto é, depois do verbo. Algumas vezes, basta trocar a ordem das palavras para alterar o sentido, como em *estraga-se a roupa* e *a roupa estraga-se*. E vai-se mais longe. **Como se tem em mente o conceito de alguém como agente, como sujeito psicológico, não se põe dúvida em dar ao substantivo caracteres próprios de objeto e se usa o pronome se até com verbos intransitivos:** (1) “Um paço onde *se serve a Deus* he um deserto edificado”. (Vieira, *Serm.* 5, 538) “Olhos com que *se vê a Deus*”

(*ib.* 5, 372); (2) “É fraqueza *desistir-se* da coisa começada”. (Camões, *Lus.* 1, 40) “*Trata-se de salvar o império*”. (Herculano, *Eur.* 74)” (cf. Said Ali, 1971:177)

Como se pode notar na citação acima, a explicação apresentada por Said Ali é semelhante à de Ribeiro, isto é, a interpretação de construções que poderiam ser observadas nas estruturas de voz passiva com o termo agente indeterminado, sendo encaradas como uma evolução da voz média e da voz reflexiva. Além disso, ambos os autores apontam a distinção entre o sujeito sintático e o “sujeito psicológico” ou “agente” da ação.

Ao estabelecermos comparações com gramáticas mais recentes, notamos que há, contudo, uma análise heterogênea diante dos critérios utilizados na classificação do “sujeito indeterminado”. Assim como se vê na declaração de Rocha Lima (1980: 206), já mencionada anteriormente, esse elemento pode ser definido como indeterminado a partir de uma visão sintática e semântica – “*se não pudermos ou não quisermos determiná-lo*”. Nesse sentido, o gramático revela que a partícula *se* pode assumir tanto a função de pronome apassivador, frente a verbos transitivos diretos, quanto a função de índice de indeterminação do sujeito, diante de verbos transitivos indiretos, intransitivos e de ligação.

A partir da análise feita nos manuais gramaticais após a década de 70, concluímos que os apontamentos de Ribeiro (1884) e Said Ali (1971) representam um divisor de águas nos estudos que buscavam definir a função do sujeito, haja vista que as mais atuais descartam a distribuição estabelecida por esses estudiosos. Evanildo Bechara (1977), por exemplo, apresenta, ao contrário dos anteriores, a proposta de evolução do *se*, do filólogo Martins Aguiar: reflexivo > passivo > indeterminador:

1º (caso) Pronome reflexivo: a função inicial e própria do pronome *se* é, como em latim, a de reflexivo, i.e., faz refletir sobre o sujeito a ação que ele mesmo praticou. Ex. o homem cortou-se. Indica, pois, ao mesmo tempo, atividade e passividade. O homem cortou, mas foi cortado, pois a si próprio é que cortou. Se penetrarmos bem na inteligência das diversas frases reflexivas, veremos que a passividade chama mais a nossa atenção, impressiona mais a nossa sensibilidade do que a atividade. Quando temos notícia de que alguém se suicidou, o primeiro quadro que se nos apresenta ao espírito é o do indivíduo pálido, inerte, sem vida. Daí o pronome *se* vir a funcionar como:

2º (caso) Pronome passivador: é o segundo estágio da evolução. Sendo reflexivo, o pronome indica, como vimos, atividade e passividade, e esta nos impressiona mais do que aquela, pelo que pode chegar a ser índice de passividade. Ex. Vendem-se casas, Fritam-se ovos.

3º (caso) Pronome indeterminador do agente: como no segundo caso o agente nunca foi expresso na linguagem comum, tendo-se tornado obsoleto o seu emprego até na linguagem literária, o pronome se acabou por assumir a função de indeterminador do agente. Ex.: Estuda-se, Dança-se. 4º (caso) Pronome indeterminador do sujeito de verbos intransitivos. Como, no terceiro caso, não se dá objeto aos verbos, apesar de transitivos, e como o agente oculto, se presente, seria o sujeito, o pronome se pode vir a indeterminar o sujeito de verbos intransitivos. Ex.: Dorme-se, Acorda-se.

Observação: o 3º e 4º casos são idênticos na prática; mas no terreno científico, é imprescindível separá-los, pois servem para demonstrar, à luz da lingüística psicológica a contigência sucessiva de funções do pronome. Os mesmos casos matam de vez a questão chinesa de saber se o pronome se pode ou não ser sujeito. Não o é nunca, não pelas razões dadas nas gramáticas, mas porque assim o demonstra o estudo da sua evolução.

5º (caso) Pronome indeterminador do sujeito de qualquer verbo: **como** no caso anterior **o pronome se indetermina o sujeito dos verbos intransitivos, pode, por extensão, indeterminar o sujeito de qualquer verbo, transitivo, intransitivo ou atributivo** (isto é, de ligação). Ex. Está-se bem aqui. Quando se é bom, Vende-se casas. **Frita-se ovos**. “A Bernardes admira-se e ama-se”.

Observações finais: *Vende-se casas* e *frita-se ovos* são frases de emprego ainda antiliterário, apesar da já multiplicidade de exemplos. A genuína linguagem literária requer *vendem-se, fritam-se*. **Mas ambas as sintaxes são corretas**, e a primeira não é absolutamente, como fica demonstrado, modificação da segunda. São apenas dois estádios diferentes de evolução. Fica também provado o falso testemunho que levantaram à sintaxe francesa, que em verdade nenhuma influência nesse particular exerceu em nós. (*apud* Bechara, 1977:255-6)

O que se nota nessa explicação é uma análise bastante coerente para a interpretação do clítico *se* em construções como “Vende-se casas”, no papel de indeterminador do sujeito. Embora a Gramática de Bechara seja encarada como normativa, não segue a interpretação do filólogo Martins Aguiar. Na verdade, o autor optou por uma análise diferenciada, ainda que mantivesse a mesma classificação e discriminasse as sentenças em que se observa um sujeito paciente (nomenclatura tradicional) no plural e verbo no singular, principalmente pelo fato de serem consideradas fora do uso padrão da língua portuguesa.

Assumindo um posicionamento muito semelhante ao de Ribeiro (1884), ainda que não constitua uma visão da norma gramatical, Mira Mateus *et alii* (2003) comentam que também é possível indeterminar o sujeito diante de verbos transitivos diretos ao lado da partícula *se*. Para tanto, acreditam que, quando a concordância verbal não for estabelecida, será possível interpretar o sujeito como indefinido e não-específico, podendo dar lugar a outras expressões nominais, como por exemplo, “alguém”. Teríamos, portanto, o seguinte paradigma:

(18)

- a. Alugam-se apartamentos.
- b. Aluga-se apartamentos.
- c. [Alguém] aluga apartamentos.

As autoras mencionam ainda que nas sentenças passivas em que haja concordância entre o sujeito e o verbo, como percebemos em (18.a), o argumento externo² encontra-se indeterminado, isto é, recebe uma interpretação arbitrária, apesar de a norma gramatical classificar “apartamentos” como sujeito sintático da referida oração. Além disso, acrescentam que as construções com verbos transitivos diretos, ou bitransitivos³, na 3ª pessoa do singular, ao lado do *se*, revelaria um processo de ambigüidade, haja vista que não se conseguiria definir ao certo se a estrutura é ativa ou passiva. Vejamos como isso ocorre no exemplo a seguir:

(19) Consertou-se o problema do encanamento.

De acordo com o que analisam, o exemplo (19) poderia ser interpretado de duas maneiras: (I) [Alguém] consertou o problema do encanamento; ou (II) Foi consertado o problema do encanamento.

Essas interpretações nos permitem concluir, por conseguinte, que as gramáticas tradicionais ainda não dão conta de uma análise contundente do

² A Gramática Gerativa utiliza o termo para se referir ao sujeito em oposição ao objeto, argumento interno do verbo.

³ Segundo Mira Mateus *et alii* (2003), os verbos classificados como “bitransitivos” formam uma subclasse dos verbos principais, pois selecionam ao todo três lugares: um argumento externo e dois internos, sendo que um é regido de preposição – “[O cirurgião]_{SU} retirou [uma agulha]_{OD} [do estômago do doente]_{OBL}”.

clítico *se*, permitindo que algumas dúvidas sejam mantidas a respeito do seu uso. Tendo em vista essa “deficiência”, muitos pesquisadores buscaram ao longo do tempo apontar saídas para uma descrição mais completa e coerente, assim como Ribeiro (1884) o fez há mais de um século, incluindo os casos de “passivas pronominais” entre as formas de “indeterminação do agente”.

Outro processo de indeterminação do sujeito bastante observado nos dias de hoje em textos escritos, principalmente no meio jornalístico e acadêmico, apesar de não ser sequer mencionado pela norma gramatical, diz respeito ao uso do pronome *se* diante de verbos no infinitivo. No momento em que buscamos informações sobre esse tipo de construção, percebemos que grande parte dos gramáticos tradicionais não comenta ou faz qualquer menção ao seu uso, uma vez que o infinitivo “figura indeterminadamente na plenitude do seu valor nominal, sem referir a nenhum sujeito: *viver é lutar*” (Rocha Lima; 1972:411).

Nunes (1990) contesta o uso “equivocado” do *se* ao lado do infinitivo, na escrita, destacando duas passagens diferentes que corroboram seu pensamento. A primeira encontra-se em Almeida (1967), em relação a sentenças como “Convém notar-se que ele errou”:

“Que função está exercendo o SE da construção do redator ou do escritor descuidado? Nenhuma. Digamos, pois, simplesmente e com acerto: *Convém notar que ele errou* – sem esse intruso SE.” (...)

“Confirmando ignorar as funções do SE, comete o mesmo redator, com a maior naturalidade este solecismo: *Houve dificuldade em se obter entradas*. Ainda que se admitisse função apassivadora para o SE dessa oração, o certo seria: *em se obterem*, porque no plural está o substantivo *entradas*: nada disso porém se dá: *obter entradas* é complemento nominal de *dificuldade*.” (*apud* Nunes, 1990:115)

Já a segunda encontra-se em José Machado (1989), mais precisamente na Revista *Imprensa*:

“ ‘Como se evitar a decomposição do país.’ Ganha um prêmio quem descobrir a função do ‘se’ desse título publicado no *Caderno de Sábado do Jornal da Tarde* de algumas semanas atrás. O prêmio será uma página inteira da obra *Marimbondos de Fogo*, do dr. José

Sarney, em francês. Por que esse prêmio? Porque esse 'se' pode ser batizado com o nome de Sarney. Crueldade, talvez, mas é um se muito em evidência, **sem função nem utilidade**. Para não dizer ridículo e errado. Mas isso não fica bem dizer. O 'se' Sarney é aquele que vem grudado à maioria dos verbos no infinitivo, sem que se saiba para que serve. Do 'se' Sarney temos exemplos diários em nossos melhores jornais e revistas. Às vezes até em bons textos, embora contaminados por esse estranho fenômeno. Parece que os autores querem personalizar uma ação que não precisa ser personalizada e lá vem ele. É uma situação renitente, como se pode ver por estes outros exemplos, publicados numa só matéria (quase me escapa que foi nessa revista há dois meses): '... é muito importante se ter consciência disso'. 'Era preciso estender esse processo para se transmitir...', '... a necessidade de se chamar a atenção', '...coisas interessantes para se ler'. (...) Nesses exemplos, **o 'se' não tem função**: está aí como o Sarney, por teimosia. Não é objeto, não é apassivador, não é Saulo Ramos, não é conjunção, não é nada do que o 'se' poderia ser." (apud Nunes, 1990:116)

Por outro lado, o jornalista Sérgio Nogueira Duarte assume, em 21 de dezembro de 1997, na coluna "Língua Viva" do Jornal do Brasil – espaço dedicado a debater variados questionamentos gramaticais – que o uso do clítico se com verbos no infinitivo torna-se cada vez mais comum e recorrente:

"O meu xará Sérgio Noronha anda excessivamente preocupado com os professores de português. Na sua coluna do **JB** de 24/11/97, ele afirma: 'Antes que eu me esqueça, e seja repreendido pelo professor Sérgio Nogueira Neto, quero esclarecer que nos meus originais da coluna de Sábado estava escrito: Qual a melhor maneira de **se conseguir** bons resultados? O **conseguirem** fica por conta dos mistérios da digitação'."

Meu caro Sérgio Noronha, não fui eu quem corrigiu o seu texto, mas quem o fez acertou. O certo é "... de **se conseguirem** bons resultados". A partícula se é apassivadora, e "bons resultados" é o sujeito = no plural). **A frase está na voz passiva e corresponde a "... de bons resultados serem conseguidos"**.

Se estabelecermos uma comparação entre os comentários acima, notaremos que o emprego do "se Sarney", assim chamado por José Machado e criticado nos anos 60 e 80, ganha maior força e aceitação a partir do final da década de 90, principalmente pelo fato do autor Sérgio Nogueira, ao contrário

dos demais, atribuir a esse elemento uma função determinada: “a partícula *se* é *apassivadora*”.

Em um de seus estudos mais recentes, Duarte (2009) apresenta uma análise da realização do sujeito de referência indeterminada/ arbitrária em sentenças infinitivas com base na língua falada e na escrita padrão do português brasileiro (PB) e europeu (PE), sob a hipótese de que a mudança que atinge as sentenças finitas no PB associada à existência do infinitivo flexionado e à orientação para o discurso levaria à realização expressa do sujeito das infinitivas. Os resultados obtidos pela lingüista apontam expressivo uso de formas pronominais nominativas para a representação dos sujeitos das sentenças infinitivas no PB oral, enquanto o PB escrito apresenta comportamento quase idêntico ao do PE, que prefere o sujeito nulo em variação com o uso moderado do clítico indefinido *se*, tanto na fala quanto na escrita.

Por se tratar de uma forma de prestígio, a autora acredita que o uso do pronome *se* na escrita, forma preservada pela norma escrita padrão para a indeterminação em sentenças finitas, venha a aumentar nas sentenças infinitivas, “satisfazendo a tendência de representar foneticamente (graficamente) o sujeito, fruto da mudança gramatical, sem perder a “formalidade” que a escrita à lusitana exige”. Dessa forma, segundo Duarte, o usuário superaria a proibição de utilizar um *se* “sem utilidade” e, em vez de optar por um sujeito nulo, como em (20a), emprega o clítico, seja como indeterminador (20b), seja *apassivador*, como em (20c):

(20)

- a. Já é comum [**Øarb** escrever ensaios polissilábicos].
- b. Já é comum [escrever-**se** ensaios polissilábicos].
- c. Já é comum [escreverem-**se** ensaios polissilábicos]. (PB escrito)

Partindo do pressuposto apontado por inúmeras pesquisas e, ainda, levando em consideração o fato de muitos textos acadêmicos apresentarem de forma recorrente esse recurso como forma de indeterminação, pode-se afirmar que o uso do *se* nas construções com infinitivo passa, então, a ocupar um local

de destaque na modalidade escrita do PB, sendo encarada como uma variante de prestígio em nossa língua.

Nesse sentido, após mencionarmos diferentes mecanismos de indeterminação, fica claro como cada um é interpretado pela Gramática Tradicional, sendo que algumas formas freqüentes há algum tempo, como o uso de formas pronominais, ainda vistas apenas como de tratamento – *você*, por exemplo –, e o emprego do clítico *se* com infinitivo, antes condenado, são cada vez mais consideradas como estratégias de prestígio, apesar da norma ignorá-las como verdadeiramente representam em nossa língua.

1.2. Estudos anteriores sobre a Indeterminação em português

Após apresentar a visão da norma gramatical a respeito do tema debatido, selecionamos algumas pesquisas bastante relevantes que representam o ponto de partida e a continuidade de muito do que se falou até agora sobre a indeterminação. Como será observado, aspectos teóricos e análise de dados servirão como base para entendermos um pouco mais sobre os diferentes mecanismos para indeterminar o sujeito, tanto na fala quanto na escrita, principalmente, do português do Brasil.

1.2.1. Modalidade escrita

No momento em que buscamos compreender o funcionamento da indeterminação do sujeito na escrita, tanto sobre o aspecto semântico quanto o sintático, devemos tomar como ponto de partida alguns dos principais trabalhos que norteiam essa pesquisa do início ao fim. O primeiro estudo a ser mencionado, talvez o mais importante devido ao fato de ser o precursor dos questionamentos sobre o assunto em questão, é o de Naro (1976).

O autor faz uma abordagem a respeito do clítico *se* diante de duas vertentes distintas – construções com *se-passivo* e construções com *se-impessoal* –, apontando seu desenvolvimento do período clássico até o moderno. Ao trabalhar com textos que vão do século XIII até o século XX, Naro busca analisar a partícula *se* principalmente de acordo com suas origens históricas. Como se observa em sua pesquisa, Naro divide sua análise em três momentos diferentes:

- (i) Um estudo sincrônico do *se-impessoal* moderno;
- (ii) Um estudo sincrônico do *se-passivo*;
- (iii) Uma análise das sentenças com *se* no período clássico;

A princípio, para entendermos o fundamento do seu trabalho é de extrema importância diferenciar o que Naro classificou como *se-passivo* e *se-indeterminador*. Segundo o lingüista, o primeiro, uma construção historicamente mais antiga, é considerado padrão, estando ou não o termo agente expresso. Além disso, há, nesse caso, concordância entre o verbo transitivo direto e o sujeito paciente (ou objeto subjacente), como se nota no exemplo (20):

(20) **Vendem-se** casas.

Já no caso das construções com *se-impessoal*, Naro nos mostra que esse tipo de estrutura ocorre quando não há concordância entre o verbo transitivo direto e o argumento interno. Conforme o autor, é muito comum encontrarmos casos, como o exemplo (21), na fala culta usual, tanto no PB quanto no PE.

(21) **Vende-se** estas casas.

Em sentenças desse tipo, nota-se que, no nível sintático, a posição de sujeito fica vazia na estrutura superficial, além de o fato do argumento interno se manter posposto ao verbo referente. Na questão semântica, ao contrário, apesar de o sujeito ser interpretado como humano não definido, não é permitido o surgimento de um sintagma agentivo na estrutura superficial:

(22) ***Vende-se** estas casas pelo dono.

Conforme o postulado por Cavalcante (1999), para saber se o *se-impessoal* é uma derivação do *se-passivo* em termos de estrutura gramatical, é fundamental analisarmos os três momentos distintos da análise de Naro, em que o autor elabora um estudo sincrônico do *se-impessoal*. Para tanto, a autora apresenta em sua dissertação, de forma objetiva e concisa, o posicionamento do lingüista sobre o fato de existir uma tendência forte, entre os falantes

nativos, a atribuir um agente humano – indefinido – para a ação exercida pelo verbo, mesmo não havendo a possibilidade de aparecer qualquer sintagma agentivo na estrutura superficial de uma construção impessoal, podendo, dessa forma, destacar *alguém* como o sujeito da estrutura profunda. Todavia, essa abordagem falha na medida em que não dá conta de várias sentenças bem formadas com *se-impessoal* para as quais não existe forma correspondente com *alguém*, tal como demonstram os exemplos e seus respectivos pares a seguir:

(23) **Trocou-se** saudações. X **Alguém trocou* saudações.

(24) **Saiu-se** em diversas direções. X **Alguém saiu* em diversas direções.

Podemos escolher, da mesma maneira, o termo *eles* para sujeito da estrutura profunda; existem, contudo, sentenças bem formadas com essa partícula, mas agramaticais com *se-impessoal*. Seguem os exemplos:

(25) ***Fala-se** um após o outro. X *Eles falam* um após o outro.

(26) ***É-se** amigos. / ***São-se** amigos. X *Eles são* amigos.

Segundo o autor, uma última possibilidade apresentada: atribuir à forma *a gente* indefinida o status de sujeito da estrutura profunda. Assim como nos outros casos, essa forma também não pode ser eleita devido à sua característica inerente de primeira pessoa, causando sentenças agramaticais como (27) abaixo:

(27) **Ordenou-se** que eu saísse. X **A gente ordenou* que eu saísse.

Portanto, com os pares exemplificados em (25), (26) e (27), nota-se que a alternância entre *se* e outras formas pronominais só é possível em contextos específicos.

Tomando como base tal dificuldade em alternar o clítico com uma estrutura pronominal, Naro (1976) sugere alguns traços para um sujeito subjacente das construções com *se-impessoal*, assim como: indefinido, humano, com interpretação de grupo e, por fim, características de 3ª pessoa. Uma vez que essas características não podem ser atribuídas a um item lexical independente em português, então, lhes é atribuído um traço de clítico

obrigatório. Esse clítico, entretanto, não pode ocorrer com outros clíticos acusativos. De acordo com Naro, essa restrição é inteiramente sem propósito, haja vista que o *se* pode ocorrer tanto com acusativos não clíticos (28) e (29) quanto com clíticos não acusativos (30):

(28) **Viu-se** João na rua.

(29) **Vende-se** aquelas casas a prestações.

(30) **Deu-se-me** licença.

Ainda sobre essa restrição, outra possível explicação reside no fato de a maioria dos dialetos do PB não empregarem os clíticos acusativos de 3ª pessoa na fala espontânea, mas somente em estilos ou registros mais formais. O *se-impessoal*, por sua vez, não é normalmente usado nesses estilos formais, uma vez que não é aceito pelas gramáticas normativas brasileiras.

Já no caso das construções passivas, em uma análise sincrônica, temos a seguinte descrição: a passiva sintética clássica e a passiva analítica compartilham dois traços importantes entre si: (i) o aparecimento do objeto subjacente como sujeito subjacente, com o qual o verbo concorda, e (ii) a ocorrência de sintagmas agentivos com a preposição *de* ou *per*.

Além disso, essas construções apresentam algumas diferenças entre si que as impedem de serem duas versões diferentes da anteposição do SN. Dois motivos são apresentados pelo autor:

I. na *passiva-ser*, todas as pessoas gramaticais podiam ser antepostas, como por exemplo, *eu fui beijado = João foi beijado*; no entanto, na *passiva-se* somente a 3ª pessoa podia ser anteposta: **eu me examinei pelos examinadores = Dom Nuno se examinou pelos examinadores*;

II. na *passiva-ser*, não há sinal de um acusativo na estrutura superficial; ao contrário da *passiva-se*, em que a própria partícula *se* é idêntica ao acusativo reflexivo de 3ª pessoa.

A partir de então, surge a hipótese de que o *se-impessoal* seja realmente o *se-passivo* com a transformação de concordância suspensa. Desse modo, essas duas construções seriam geradas por uma transformação de *se-passiva*. A confirmação dessa hipótese é feita a partir da aplicação de regras de relativização, que mostram ser possível relativizar substantivos

dentro de orações objetivas, mas não dentro de orações subjetivas. Os exemplos a seguir nos mostram como esse processo ocorre:

(31) *Afirmaram que ela usou o chapéu.*

(31') *Eu vi o chapéu que afirmaram que ela usou.*

(32) *Que ela usou o chapéu foi afirmado.*

(32') **Eu vi o chapéu que ela usou foi afirmado.*

(33) *Foi afirmado que ela usou o chapéu.*

(33') **Eu vi o chapéu que foi afirmado que ela usou.*

(34) *Afirmou-se que ela usou o chapéu.*

(34') *Eu vi o chapéu que se afirmou que ela usou.*

Podemos observar, a partir desses casos, que as sentenças como (31') provam que o elemento foi extraído de uma oração objetiva direta e não de uma subjetiva, ou seja, não podem ser geradas por nenhuma regra que, como a passiva, desloca o objeto subjacente para sujeito superficial. Dessa forma, Naro conclui que a construção impessoal, independentemente da sua origem, não pode ser uma variante sincrônica da passiva analítica.

Com isso, o autor procura verificar se as construções com *se-impessoal* podem ser uma variante diacrônica do *se-passivo*. Para tanto, Naro examina como se comportam as construções com *se* no período clássico. A princípio, a construção com *se-passivo* era paralela à passiva analítica clássica – ou seja, o objeto subjacente era projetado para a estrutura superficial como um sujeito e o sujeito subjacente, como um sintagma agentivo. Mas no fim do período clássico, a situação mudou com o aparecimento da construção com *se* sem a concordância e sem um sintagma agentivo. A partir disso, se o objeto subjacente foi transformado em sujeito superficial, era de se esperar que a ordem superficial normal não marcada fosse o objeto na posição pré-verbal, uma vez que ele se tornou o sujeito superficial. Para o início do período clássico, temos, portanto, um processo em que o sujeito assume uma postura agentiva, enquanto o objeto assume a anteposição.

De acordo com o que foi atestado, é considerada uma inovação a construção com *se-impessoal* de meados do século XVI e é baseada na

construção passiva clássica. Essa forma tinha algum precedente na língua, visto que se pode atribuir um traço “impessoal” para essa nova construção, assim como para a passiva sem agente, como se vê nos exemplos: *Faz-se recebimentos = recebimentos são feitos = Fazem-se recebimentos.*

Naro chega, então, às seguintes conclusões:

1. o significado das passivas sem agente envolve menos especificação do sujeito subjacente do que o da construção impessoal. O sujeito semântico da impessoal tem pelo menos duas especificações [+humano] e [+grupo], enquanto o sujeito semântico das passivas sem agente não apresenta necessariamente esses traços;

2. as passivas sem agente mostram alguma ambigüidade de sentido que a construção impessoal não apresenta. Por exemplo, a sentença *A mesma mulher não é amada duas vezes* pode significar: (1) uma determinada pessoa não ama a mesma mulher em duas ocasiões distintas ou (2) uma vez que uma determinada pessoa amou uma mulher, ninguém mais (nem essa pessoa nem outra) vai amar a mesma mulher numa segunda ocasião. Na construção correspondente com *se-impessoal*, só o primeiro significado está presente: *Não se ama a mesma mulher duas vezes*;

3. o fato de o verbo não concordar com o sujeito subjacente na nova construção impessoal sugere que nenhum processo de anteposição de objeto possa ser aplicado devido ao fato de essa construção poder aparecer com intransitivos, que não apresentam nenhum objeto em qualquer nível de análise.

Desse modo, para explicar o aparecimento do *se-impessoal*, Naro propõe que desconsideremos os mecanismos estritamente formais da estrutura gramatical e transformacional e nos voltemos para a estrutura superficial das passivas com *se* a partir do século XVI como o contexto que motivou a mudança lingüística.

Portanto, a mudança de *se-passivo* para *se-impessoal* ocorre entre uma geração e outra com base nas evidências disponíveis que a criança tem para construir sua própria gramática internalizada. Essa interpretação só é possível graças a determinadas peculiaridades da estrutura superficial do *se-passivo* do início do período clássico que serviram como base para o nascimento do *se-*

impessoal, e que são as seguintes: (a) na construção com *se-passivo*, o agente é opcional; (b) sob determinadas circunstâncias, como para ênfase, o sujeito superficial pode seguir o verbo, constituindo-se uma ordem que ocorre tanto em passivas quanto em ativas, e não tem nenhuma relação especial com a construção com *se-passivo*; (c) em determinados contextos o pronome *se* precede seu verbo.

As semelhanças entre a ativa e a passiva sem sintagma agentivo expreso e a maior frequência das ativas em relação às passivas (e não a falta de concordância) fazem com que o falante possa interpretar uma passiva como uma ativa com *se* como sujeito. Essa interpretação, no entanto, não seria possível se o sintagma agentivo estivesse de fato presente na forma superficial, uma vez que seria o sujeito semântico.

Após mostrarmos a abordagem de Naro (1976), muito bem esquadrihada por Cavalcante (1999), evidenciando ainda mais a importância do eminente lingüista nos estudos sobre o “famigerado *se*”, cabe examinarmos agora o trabalho de Nunes (1990) sobre as construções com *se* *apassivador* (35) e *indeterminador* (36), numa visão sincrônica e diacrônica. Nunes objetivou analisar a mudança de (35) para (36):

(35) **Alugam-se** casas.

(36) **Aluga-se** casas.

O autor utilizou, então, quatro *corpora* distintos: (a) um *corpus* diacrônico, constituído de 977 dados extraídos de cartas, diários e documentos, “na medida do possível próximos ao que se pode conceber como o vernáculo de cada época”, de 1555 a 1989; (b) um *corpus* falado do PB, constituído de 13 entrevistas com informantes paulistanos com escolaridade de até o 1º grau (5), o 2º grau (3) e o 3º grau (5), do Banco de Dados da PUCSP, perfazendo 136 dados; (c) um *corpus* falado do português europeu (PE), constituído de 97 ocorrências a partir de 24 entrevistas obtidas de Nascimento *et alii* (1987) (*apud*, Nunes, 1990) e (d) um *corpus* escrito sincrônico, com reportagens de *Veja*, de maio de 1988 a maio de 1989, tendo sido computadas 164 ocorrências do que a gramática normativa considera erro em construções com *se* *apassivador*, ou seja, construções sem concordância entre V e SN, a fim de

investigar “a avaliação sincrônica das construções que se encontram em variação ou em processo de mudança”.

Nunes (1990), com o objetivo de tratar o fenômeno diacronicamente, retoma Naro (1976) sobre a origem do *se* impessoal, assumindo que houve “no português antigo uma reanálise sintática em que o expletivo da posição de sujeito de construções com *se* apassivador foi tomado como um pronome nulo de referência arbitrária. No PB, essa mudança lingüística já está praticamente em seus momentos finais: a construção com *se-indeterminador* se tornou a forma canônica na fala e a antiga construção com *se-apassivador* ficou relegada à escrita”. O autor registra ainda duas mudanças mais recentes na variedade brasileira: o apagamento do *se-indeterminador* em construções finitas e sua inserção em construções infinitivas.

Para comprovar essas hipóteses, foram controladas duas variáveis dependentes distintas: a aplicação da concordância, que dá conta da mudança de (37) para (38), e a aplicação da presença do *se* que envolve a mudança de (39) para (40):

(37) Alugam-se casas.

(38) Aluga-se casas.

(39) Aqui se conserta sapatos.

(40) Aqui ___ conserta sapatos.

Quanto aos resultados encontrados, Nunes observou que do século XVI ao século XX houve um progressivo aumento da discordância entre verbo e argumento interno no plural, havendo do século XVIII para o XIX um salto de discordância de 19% para 62% e atingindo no século XX o valor de 84%, na amostra de fala.

Um condicionamento que se mostrou importante para a falta de concordância foi a presença de locução verbal: “*em todo o processo de mudança as locuções verbais favorecem a implementação da discordância entre o verbo e o argumento interno. A média de ocorrência em construções envolvendo locução verbal (46%) quase alcança o dobro da média em construções simples (26%)*”, (Nunes, 1990: 92).

A conclusão a que o autor chega com esses resultados é que a reanálise das passivas pronominais em indeterminação só é possível porque não há diferença na interpretação da referência indeterminada do agente nessas construções.

Quanto ao apagamento do pronome *se*, Nunes constatou um crescente aumento até chegar aos 50% no século XX. Os apagamentos encontrados nos séculos XVII e XVIII deram-se em construções coordenadas umas às outras; foi só a partir do século XIX que Nunes observou o aparecimento de construções finitas sem a presença do pronome *se*:

(41) Não **se comprou** nem X **vendeu** um só carro.

Nunes chega à conclusão de que “no século XIX, momento em que as ocorrências das estruturas contendo *pro* referencial arbitrário na posição de sujeito superam as de estruturas com *pro* expletivo, é que começa a haver a supressão do clítico *se* em estruturas não coordenadas”, ou seja, somente quando começam a prevalecer construções com *se-impessoal* sobre as com *se-passivo* o clítico começa a ser apagado.

Quanto ao uso do *se* junto a formas verbais não-finitas, Nunes observa que essa construção não deve ter surgido antes do século XIX, momento em que o *se-indeterminador* se torna majoritário no PB. Foi no século XIX também que houve um crescente número de discordância nas infinitivas: justamente quando as passivas pronominais com discordância se tornam majoritárias, as construções infinitivas dão um salto considerável, ultrapassando as finitas na preferência pela construção com *se* indeterminador. Desse modo, não se pode atribuir uma interpretação passiva para essa construção, pois nesse século eram predominantes as construções com verbos não transitivos ou estruturas transitivas com discordância verbal, que só podem estar associadas ao *se-indeterminador*, como demonstram os exemplos em (25) e (26):

(42) É impossível **se trabalhar** mais.

(43) É impossível **se achar** bons lugares aqui.

Outra pesquisa que merece destaque nos estudos sobre indeterminação na modalidade escrita é Cavalcante (1999). Em seu estudo sobre as

estratégias que poderiam indeterminar o sujeito em textos jornalísticos (editoriais, artigos e crônicas) que circulavam na cidade do Rio de Janeiro em cinco períodos distintos (entre 1848 e 1998), houve um significativo aumento do uso do clítico *se* em detrimento da estratégia *nós*.

Em relação aos tipos de texto, a autora concluiu que a mudança na representação dos sujeitos de referência arbitrária começa a se implementar nas crônicas e se propaga pelos artigos de opinião nos anos 90 do século XX. Os editoriais foram o tipo de texto que mais se aproximou das prescrições das gramáticas normativas.

A autora observa também que os jornais ainda refletem as normas prescritas pelas gramáticas de língua portuguesa, mas, por outro lado, há indícios de implementação de mudança para as formas pronominais nas crônicas e até mesmo nos editoriais, apesar dos baixos percentuais no último. Além disso, critica o fato de os autores de gramáticas normativas se basearem numa norma escrita no século passado, uma vez que ignoram estudos que mostram ocorrências da não-concordância em construções com *se* realizadas por falantes cultos da língua portuguesa. Assim como Nunes (1990), a autora afirma que a forma com concordância em construções com *se* deve a sua sobrevivência às gramáticas normativas.

Já em relação a Duarte (2002), notamos que a autora confirma com os resultados do seu trabalho a hipótese de que a construção passiva encontrava-se em variação com a construção de indeterminação, ou seja, sem a concordância com o argumento interno de verbos transitivos. Foram analisados anúncios de jornais publicados durante o século XIX nos estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Os exemplos a seguir mostram essa relação:

(44) Vendem-se as máquinas.

(45) Vende-se as máquinas.

Na escrita de editoriais e matérias assinadas de jornais, os infinitivos e gerúndios aparecem com *se*, estratégia que concorre com a categoria vazia de acordo com as gramáticas normativas, visto que o sujeito dos infinitivos e gerúndios na falta de um antecedente tem referência indeterminada sem que

seja necessário qualquer índice de indeterminação, exceto os casos de gerúndio precedido de preposição, como no exemplo (46):

(46) Para ____ **obter** os resultados.

Dentre os anúncios publicados em jornais do século XIX analisados por Duarte (2002), aqueles que apresentavam agente indeterminado raramente usavam a

3ª pessoa do plural, sendo preferido o pronome *se* como ilustra o seguinte exemplo:

(47) ATENCAO Na antiga agencia do leiloeiro Nobrega de Almeida, **continua-se a receber**, e ____ a comprar trastes novos e uzados, pagando-se de prompto conforme o convencionado, entre comprador e vendedor nesta conformidade as vendas serão feitas muito convenientemente ao srs. Pretendentes por isso que, nada elles tem a pagar de comissão de compra.
(*Correio Paulistano*, 03.09.1879, SP)

De acordo com seus resultados, no século XIX, o fenômeno de concordância era variável e os usos de *se-apassivador* e *se-indeterminador* concorriam em igualdade de condições. Dos 227 dados analisados, 114 (50,2%) exibiam concordância e 113 (49,8%) a não-concordância.

Por ser a capital do país, o Rio de Janeiro era a região que menos favorecia a não-concordância, enquanto que nos estados do Sul, de colonização não portuguesa, havia o predomínio da não-concordância. Dentre os fatores de natureza lingüística selecionados pela autora, tomando como valor de aplicação a não-concordância, estão presentes: a posição do clítico, a estrutura do SN e a posição do SN. Acredita-se que o SN anteposto é sentido pelo usuário como um sujeito e, ao contrário, o posposto é sentido como complemento, uma vez que há uma relação (de acordo com os dados encontrados) entre a posposição e a não-concordância e a anteposição e a concordância conforme os exemplos seguintes:

(48) PIANOS M .N. Moreira Paranhos mudou seu estabelecimento da rua Sete de Setembro numero 68 para a mesma rua numero 155 próximo a travessa de São Francisco, onde aguarda seus amigos e freguezes; vendem-se, alugão-se,

trocão-se, concertão-se e afinão-se com toda a perfeição. (*Jornal do Brazil*, 4 de setembro de 1891, RJ)

(49) Vende-se nesta typographia: PRIMEIRA e segunda colleção de cartas para meninos e meninas aprenderem a ler... 160 LINGUAGEM das flores, folhas fructos e ervas... 100 COLLECÇÕES de bordades e matizados, para uso dos collegios... 1:000. (O 19 de dezembro, 22 de julho de 1854, PR)

Foram encontradas também ocorrências de se em sentenças não-finitas. Segundo a autora, há o predomínio do uso de se em orações reduzidas de gerúndio em todos os estados analisados, como por exemplo:

(50) Drogas a preço fixo com grande redução, garantindo-se sua legitimidade, na rua 1o de Marco numero 12 Granado & Companhia. (*Diário de Noticias*, 02 de junho de 1889, RJ)

Já nas orações reduzidas de infinitivo, as construções sem se predominam, de acordo com o exemplo:

(51) Duas vacas paridas de próximo muito boas leiteras com crias ambas, em fora de portas de frente do beco largo, ou na Typografia desta folha, para tratar do seo ajuste. (*O Cruzeiro*, 05 de maio de 1829, PE)

Conforme os resultados de Duarte, e confirmando os de Cavalcante (1999), o uso de se é favorecido em contextos seguidos de preposição, representados por orações adverbiais (52), completivas nominais (53) e relativas não-canônicas (54):

(52) Afim de evitar-se agglomeracao de pessoas, serão attendidos os Srs. acionistas das letras A e E nos dias 17 e 18 (...). (*Jornal do Brazil*, 12 de julho de 1891, RJ)

(53) QUESTIONARIO DA ARTE TACHYGRAPHICA ENSINADA NO BRASIL PELO PROFESSOR SEBASTIAO MESTRINHO 1 O que e a Tachygrafia? – E a Arte de escreverse tao veloz como se falla. (*Correio Paulistano*, 24 de abril de 1889, SP)

(54) NO ENGENHO do falecido Evaristo, ha dous colções de pennas para vender-se. (*O 19 de dezembro*, 15 de abril de 1854, PR)

Segundo as observações de Lopes, Machado & Vianna (2003), há diferentes recursos para indeterminar o sujeito em um tipo de texto jornalístico – anúncios publicitários (séculos XIX e XX) – mais apelativo, aproximando-se da modalidade falada. Segundo as autoras, observou-se a partir do início do século XIX até a década de 40 o uso de pronomes indefinidos e da forma de imperativo como as formas mais usuais de indeterminação do sujeito e/ou de referência ao leitor, assim como ilustram os exemplos seguintes.

(55) Quem quiser uma Carruagem Inglesa de 4 rodas, muito ligeira, com caixa amarela, lanternas de patente, forrada de pano cor de perola, com almofadas de marroquim encarnado e com os seus arreio competentes falle com Jorge Thomaz standfast morador na Rua Direita Numero 33, que tão bem tem huns poucos de Barris de Manteiga, e queijos da primeira qualidade para vender. (Código no VARPORT- E-B-81-Ja-013)

(56) Lembramos ao corpo eleitoral da corte os nomes dos seguintes distintos cidadãos para deputados a futura assemblea geral legislativa. Os seus serviços cívicos honram por de mais importantes charecteres e *estamos* convencidos de que a nossa lembrança merecera a devida acquiescencia dos respeitáveis senhores eleitores. (Código no VARPORT – E-B-82-Ja-070)

(57) Porquanto, se pretendeis nutrir vigorosamente a vossos filhinhos com plena confiança de não arruinar-lhes os tenros intestinos, *quizerdes* comprar gêneros de 1a qualidade e baratíssimos, *fazei* as vossas compras nos armazéns da Companhia Cooperativa Popular, na Rua da Carioca numero 75. (Código no VARPORT – E-B-83-Ja-069)

Da metade do século XIX até o início do século XX, verificou-se uma ascendência do uso de *se* devido à “lusitanização” da norma culta brasileira (cf. Pagotto, 1998). Dos anos 50 em diante, o uso de *você* torna-se mais utilizado que as demais estratégias nos anúncios publicitários, como vemos em (58):

(58) Você compra um PageNet, usa e, se depois de 4 meses você não estiver satisfeito, a gente compra o seu PageNet de volta. (Código no VARPORT – E-B-94-Ja-017)

1.2.2. Modalidade oral

Dentre muitas pesquisas na área, a principal a ser destacada é a de Kato & Tarallo (1986), cujo objetivo era descrever uma situação de tensão no quadro pronominal do Português Brasileiro falado na cidade de São Paulo. Neste trabalho, motivados por uma pesquisa de Laberge & Sankoff, de 1976, os autores nos fizeram perceber quão imbricado é o processo de mudança sintática no PB – envolvendo a mudança no quadro pronominal e nas relativas – a partir do qual, o apagamento do clítico se está relacionado ao apagamento dos clíticos em geral, à tendência ao preenchimento do sujeito e às construções topicalizadas para a constituição de um padrão SV. Os autores sugerem, então, um paralelismo entre os dois sistemas lingüísticos (o PB e o Francês de Montreal) que pode ser explicado na base de uma mudança similar nos sistemas pronominal e de relativização, relacionando, portanto, as mudanças no PB a um padrão de mudanças que ocorrem em outros sistemas lingüísticos.

Foram, portanto, os primeiros autores a sugerir que a indeterminação do sujeito poderia ser estudada como uma mudança encaixada num conjunto maior de mudanças. A partir de gravações informais com informantes paulistanos, definiram as formas variantes do sujeito indeterminado, ilustradas com os exemplos (58) a (63):

(58) Fala-**se** português no Brasil.

(59) Depois que **você** termina o comércio, **você** vai na área residencial.

(60) Em primeiro lugar, **nós** temos identificado claramente uma nova consciência crítica da classe média.

(61) E se **a gente** falar que não tem?

(62) Então ___ **chega** numa rua, não é, a rua é grande.

(63) E se **eu** pego aquela rua ali, então **eu** chego lá mais rápido.

Os autores constataram a preferência de uso das formas na seguinte ordem: *você* > *zero* > *a gente* > *nós* > *eu*, não tendo sido encontrada qualquer ocorrência de indeterminação com *se*. A partir desses resultados, Kato & Tarallo discutem três pontos que se relacionam à emergência de novas formas pronominais para a indeterminação do sujeito: (1) a caracterização do sistema de clíticos do PB falado atual; (2) evidências para o desaparecimento do clítico *se* e (3) as similaridades entre o PB e o Francês de Montreal com relação ao sistema de relativas.

Durante os anos 90, outros estudos sobre as formas pronominais de indeterminação do sujeito foram desenvolvidos. Esses trabalhos, que focalizam o fenômeno sob diferentes perspectivas teóricas, são importantes na medida em que nos ajudam a traçar um quadro das estratégias de indeterminação pronominal do PB falado. A seguir, veremos brevemente os resultados das pesquisas de Almeida (1992), Cunha (1993), Duarte (1995) e Cavalcante (1997) que analisaram a indeterminação em quatro amostras de fala distintas.

Almeida (1992) estudou as entrevistas do acervo do Projeto Censo (PEUL), com informantes de ambos os sexos, com nível básico e médio de escolaridade (1^o. e o 2^o. graus), residentes na cidade do Rio de Janeiro. Neste trabalho a autora estuda a indeterminação do sujeito sob dois aspectos: a indefinição e a referencialidade, contando como exemplos de sujeito indeterminado as formas ditas “camaleônicas”, quais sejam “os caras”, “o pessoal”, “as pessoas”, entre outras, além das formas pronominais de 1^a (eu, a gente, nós), 2^a (tu, você) e 3^a pessoas (eles), expressas ou não, e o clítico *se* (expresso ou não).

Cunha (1993) objetivou delimitar os contextos lingüísticos e extralingüísticos condicionadores para o aparecimento das formas pronominais “nós”, “a gente” ou “você” como sujeitos indeterminados, com base num *corpus* constituído de entrevistas do Projeto NURC/RJ, realizadas nos anos 70.

Duarte (1995) analisou as entrevistas de fala espontânea do acervo de “Recontato” (anos 90) do Projeto NURC/RJ, com o intuito de observar a perda do princípio “Evite Pronome” (Cf. Chomsky, 1981) no PB, na expressão do sujeito pronominal de referência tanto definida quanto arbitrária e conclui que as mudanças ocorridas para o sujeito de referência definida acabaram por afetar a representação do sujeito de referência arbitrária, ou indeterminada, o

que se verifica na preferência por formas pronominais plenas em detrimento das formas nulas.

Cavalcante (1997) observou o preenchimento vs. não-preenchimento do sujeito indeterminado, bem como as suas representações em entrevistas do Projeto APERJ (Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro), com informantes do sexo masculino de baixa escolaridade, membros de comunidades pesqueiras localizadas no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro.

Há nos dois últimos trabalhos uma preocupação em inserir o fenômeno de indeterminação do sujeito num paradigma de mudança, qual seja, a tendência do PB ao preenchimento do sujeito pronominal.

A tabela a seguir apresenta a distribuição percentual para cada forma pronominal de indeterminação encontrada nos quatro trabalhos mencionados.

	A gente	Você	Eles	Nós	Se	Zero	Total
Almeida (1992)	34%	26%	22%	9%	4%	5%	100%
Cunha (1993)	23%	48%	_____	29%	_____	_____	100%
Duarte (1995)	13%	44%	16%	2%	8%	17%	100%
Cavalcante (1997)	37%	4%	8%	32%	2%	17%	100%

Tabela 1 – Distribuição das estratégias de indeterminação com formas verbais finitas em cinco amostras de fala

Podemos verificar a preferência pelas formas *a gente* – nas falas mais populares – e *você* – em dois momentos da fala culta carioca, nenhuma das quais é reconhecida pela GT. Destacamos ainda a queda do uso de *nós* na amostra Nurc – anos 90, bem como a baixa ocorrência de *se* em todas as amostras. Quanto à ocorrência de *zero* para indeterminação, Galves (1998) atribui tal possibilidade justamente ao crescente preenchimento do sujeito de referência definida. Essa tendência ao preenchimento é também observada em relação às formas pronominais usadas para a indeterminação, o que pode ser visto a seguir:

		Eles	Você	Nós	A gente
Duarte (1995)	0	42%	6%	37%	5%
	1	58%	94%	63%	95%
Cavalcante (1997)	0	31%	14%	19%	20%
	1	69%	86%	81%	80%

Tabela 2 – Distribuição das formas pronominais de indeterminação nulas e plenas

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Neste capítulo, serão apresentados os pressupostos teórico-metodológicos que norteiam essa pesquisa, levando-se em consideração trabalhos anteriormente mencionados e que subsidiaram esta análise. Além disso, serão apontadas as hipóteses, os objetivos e os *corpora* que compõem a base desse estudo.

2.1. A Sociolingüística Variacionista – brevíssimas considerações

Partindo-se da premissa de que a mutabilidade e a variabilidade são características básicas e inequívocas de qualquer língua natural, a Sociolingüística Variacionista tem como principal objetivo a compreensão de como as mudanças se dão nos sistemas lingüísticos e como essas mudanças podem ser relacionadas a processos variáveis sincrônicos nos quais fatores lingüísticos e sociais estão estritamente interligados (Weinreich, Labov & Herzog, 1968; LABOV, 1972, 1994). Esses pressupostos contrapõem-se à visão estruturalista da língua como um sistema sincronicamente homogêneo, unitário e autônomo. Ao assumir a competição entre forças internas e externas atuando na configuração de um sistema lingüístico, a Sociolingüística Variacionista refuta a univocidade da relação entre estrutura lingüística e homogeneidade. Para esse modelo teórico-metodológico, a heterogeneidade ordenada é natural e inerente a todo sistema lingüístico efetivamente usado em situações reais de interação.

Na busca por romper com a identificação entre estrutura e homogeneidade, a Teoria para a Variação e Mudança Lingüísticas postula que a ausência da heterogeneidade num sistema lingüístico concreto é que seria disfuncional e descarta as idéias de que estruturas heterogêneas refletem multidialetalismo ou situam-se apenas no nível do desempenho lingüístico de seus usuários. Postula-se que o domínio de estruturas heterogêneas é parte da competência lingüística dos falantes (Weinreich, Labov & Herzog, 1968, p. 100-101; LABOV, 1972, p. 203). A língua é concebida como um sistema inerentemente heterogêneo e variável, que serve de meio de comunicação entre os falantes de uma comunidade e que no qual atuam constantemente forças lingüísticas e sociais.

Como antecipado no antológico ensaio de 1968, à sociolingüística variacionista interessam diretamente os refinamentos alcançados em teorias concernentes à estrutura lingüística para a postulação de possíveis fatores condicionadores da variação e, conseqüentemente, da mudança lingüística. Segundo os referidos autores (1968, p. 126):

Em relação à mudança lingüística, cada refinamento na teoria da estrutura lingüística (e o mesmo pode ser dito sobre refinamentos na teoria sobre comunidades de fala) tem os seguintes efeitos potenciais:

- (a) uma 'reclassificação' de mudanças observadas de acordo com novos princípios;
- (b) proposta de novos 'condicionadores' da mudança e
- (c) proposta de novas 'causas' da mudança.

De acordo com Sankoff (1988), o ponto de vista da variação é primeiro determinado por um interesse pela estrutura gramatical no discurso e também pela preocupação com a polivalência e aparente instabilidade da relação forma-função no discurso.

Embora não fizesse parte direta dos estudos variacionistas, Dubois (1985) postula que qualquer teoria que vise a uma abordagem adequada de fenômenos referentes ao discurso e à gramática terá de reconhecer a influência de processos, ou forças externas e internas em competição pela configuração do sistema lingüístico. De acordo com o autor, a língua deve ser vista como um sistema adaptativo, parcialmente autônomo, sendo considerado sistêmico, e parcialmente sujeito a pressões externas.

A alternativa teórica do referido autor é associar a noção de estrutura, proveniente do estruturalismo autônomo, a forças competidoras de natureza tanto interna quanto externa ao sistema, síntese denominada por Scherre (1996, p. 41) "funcionalismo moderado". Buscando posicionar a sociolingüística em relação às tendências hegemônicas da lingüística ocidental, a autora a enquadra no paradigma funcionalista, considerando as convergências epistemológicas referentes à descrição e explicação de dados lingüísticos produzidos em circunstâncias concretas. De fato, Scherre apóia-se em Dubois para afirmar que a língua é considerada um sistema adaptativo e na qual atuam tanto forças internas em competição, forças externas em competição e

forças internas e externas em competição entre si, que mais cedo ou mais tarde caminham para uma resolução.

Dado o caráter eminentemente descritivo-interpretativo da sociolingüística (Sankoff, 1988) e o reconhecimento de forças em competição atuando constantemente na estrutura lingüística, a busca pela natureza dessas forças torna-se de extrema importância nos estudos de base variacionista e em quaisquer outros que reconheçam a língua como um processo socialmente constituído.

Para Weinreich, Labov & Herzog (1968), uma teoria de mudança deve estar apoiada em pressupostos e atender a alguns problemas. Os pressupostos são os seguintes: (I) a mudança lingüística não deve ser identificada como um procedimento aleatório a partir de variação inerente à fala; (II) as mudanças lingüísticas começam quando a generalização de uma determinada variante num determinado subgrupo da comunidade de fala assume certa direção e adquire o caráter de diferenciação ordenada; (III) a estrutura lingüística inclui a diferenciação ordenada de falantes e de estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala; o controle da linguagem pelos falantes nativos inclui o controle de tal estrutura heterogênea.

E mais, conforme mostram os eminentes lingüistas, nem toda variação e heterogeneidade na estrutura lingüística envolvem mudanças, mas todas as mudanças envolvem variação e heterogeneidade. A generalização da mudança lingüística, por meio de sua própria estrutura, não é nem uniforme nem instantânea; envolve a co-variação de mudanças associadas no decorrer de substanciais períodos de tempo, e está refletida na difusão de isoglossas em áreas do espaço geográfico.

Logo, as mudanças lingüísticas ocorrem nas gramáticas das comunidades de fala. Em virtude de as estruturas variáveis contidas em uma língua serem determinadas pela função social. Os idioletos não podem fornecer a base para gramáticas internamente consistentes. A mudança lingüística é transmitida na comunidade como um todo; não está confinada a passos discretos na família. Quaisquer descontinuidades encontradas na mudança lingüística serão produtos de específicas descontinuidades na comunidade, ao invés de inevitáveis produtos de lacunas geracionais entre pais e filhos.

Isso significa reconhecer que fatores lingüísticos e sociais estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento de mudanças lingüísticas. As explicações que são confiadas a um ou a outro aspecto, não importando quão bem construídas estejam, falharão ao tentarem dar conta da riqueza de irregularidades que podem ser empiricamente observadas no comportamento lingüístico.

Segundo os autores, a partir desses pressupostos, uma teoria de mudança deve ser capaz de dar conta de cinco problemas:

1. O problema das *restrições*: reconhecida a heterogeneidade dos sistemas lingüísticos naturais e o fato de que toda mudança lingüística pressupõe variação, um dos possíveis objetivos de uma teoria forte de mudança seria determinar o conjunto das mudanças possíveis de ocorrer, a direção que elas vão tomar, e o que está tornando possível a sua implementação.

2. O problema da *transição*: todas as mudanças distribuem-se continuamente através de sucessivas faixas etárias de determinada população, é um processo diacrônico. Há estágios intervenientes de uma mudança em progresso, que definem o caminho pelo qual uma estrutura A desenvolve-se para uma estrutura B. Graças aos traços, arcaico e inovador, atribuídos a algumas variantes, a teoria da linguagem pode observar quando as mudanças na língua acontecem. Além do mais, a observação 'in vivo' da mudança lingüística permite recuperar aspectos de mudança que ficaram perdidos no passado. Segundo essa proposta, mudança é precedida por um estágio em que duas formas alternantes co-existem na competência do falante. A mudança se instancia no momento em que o falante privilegia uma das 360 alternantes e a outra se torna obsoleta.

3. O problema do *encaixamento*: as mudanças devem ser investigadas à luz de sua inserção no sistema lingüístico e na estrutura social. Quanto ao primeiro aspecto, os autores em pauta concebem o sistema lingüístico como: (i) um conjunto de níveis discretos, coexistentes, identificados por estrita co-ocorrência, funcionalmente diferenciados e disponíveis para a comunidade de fala; (ii) compreendendo variáveis intrínsecas, definíveis a partir de co-variação com elementos lingüísticos e extralingüísticos.

Vale recordar que raramente um sistema se modifica como um todo. O que ocorre é uma mudança gradual nos valores modais de uma variante.

Quanto ao segundo aspecto, os autores defendem que o encaixamento da estrutura lingüística em mudança na estrutura social da comunidade de fala requer a inclusão de informação de natureza social e geográfica quando da formulação das regras que descrevam a mudança.

4. O problema da *avaliação*: uma teoria da mudança lingüística deve estabelecer empiricamente os correlatos subjetivos das várias camadas variáveis existentes em uma estrutura heterogênea. É interessante lembrar que os correlatos subjetivos de mudança são mais categóricos na natureza do que os modelos de mudança de comportamento: suas investigações aprofundam nosso entendimento a propósito da maneira como uma categorização discreta é imposta na continuidade do processo de mudança.

5. O problema da *atuação*: para os autores, a mudança lingüística inicia-se quando um traço variável espalha-se através de um subgrupo específico da comunidade; esse traço assume, então, certa significação social. Dado o encaixamento na estrutura lingüística, gradualmente generaliza-se para os outros elementos da estrutura. Este espraiamento pode ser bastante lento, de maneira que podem ocorrer modificações na estrutura social da comunidade antes que o processo se complete. Novos grupos podem entrar na comunidade e reinterpretar o processo de mudança de tal forma que uma mudança secundária se transforme em primária e o que era variável se torne constante.

2.2. A associação do quadro variacionista com os processos de indeterminação

A Sociolingüística Variacionista, conforme mencionamos no item anterior, orienta-se por uma concepção de língua como sistema socialmente determinado: um sistema heterogêneo, cuja variação estrutural está relacionada às alterações dos padrões culturais e ideológicos da comunidade de fala. Opõe-se, assim, à concepção de língua como sistema homogêneo e autônomo que se impõe unitariamente a todos os falantes da comunidade lingüística indistintamente. Esse conceito permite superar a dicotomia sincronia

e diacronia, no sentido que havia adquirido no estruturalismo, uma vez que a análise sincrônica deve-se fundamentar no conceito de língua como um sistema de regras variáveis, no qual um contínuo processo de variação e mudança opera na estrutura lingüística.

Partindo desse pensamento, é interessante observar como pesquisas anteriores relacionaram o estudo sobre indeterminação do sujeito com a teoria variacionista. Nesse sentido, seria cabível apresentarmos o posicionamento das Gramáticas Tradicionais. De acordo com o que afirmam, há, em relação aos sujeitos referenciais, apenas uma regra para o uso de pronomes pessoais na função de sujeito: “*deve-se omiti-los uma vez que as desinências verbais permitem recuperar a pessoa gramatical*”. No entanto, sua realização plena pode ser justificada em casos específicos, como de ênfase ou ambigüidade. Ao contrário do que nos mostra a visão tradicional, trabalhos recentes apontam importantes mudanças no quadro pronominal do português brasileiro, principalmente no que diz respeito à atuação dos pronomes pessoais sujeito, associadas, normalmente, à redução do nosso paradigma morfológico verbal. Nesse sentido, podemos destacar os trabalhos de base sincrônica de Monteiro (1994) e Duarte (1995), tendo em vista a fala de informantes cultos de diferentes regiões brasileiras e, sobre a modalidade escrita, os de Duarte (1993), com peças teatrais populares publicadas entre o período de 1845 e 1992 e Cavalcante (1996, 1999), com textos jornalísticos.

Antes de apresentarmos um pouco sobre cada pesquisa e a relação com a teoria variacionista, cabe mencionar os resultados de Duarte (1993), em que a autora postulava a relação direta entre a “*riqueza flexional dos paradigmas verbais de uma língua e a possibilidade de omissão do sujeito em sentenças finitas*”. Ela observou, nesse trabalho, a evolução na expressão do sujeito pronominal de referência definida, buscando evidências que comprovassem ou não a relação entre a crescente preferência pelo sujeito pronominal pleno e a redução nos paradigmas flexionais. Como *corpus*, utilizou trechos de peças teatrais populares escritas entre 1845 e 1992 no Brasil. Os resultados obtidos por Duarte podem ser resumidos no gráfico a seguir:

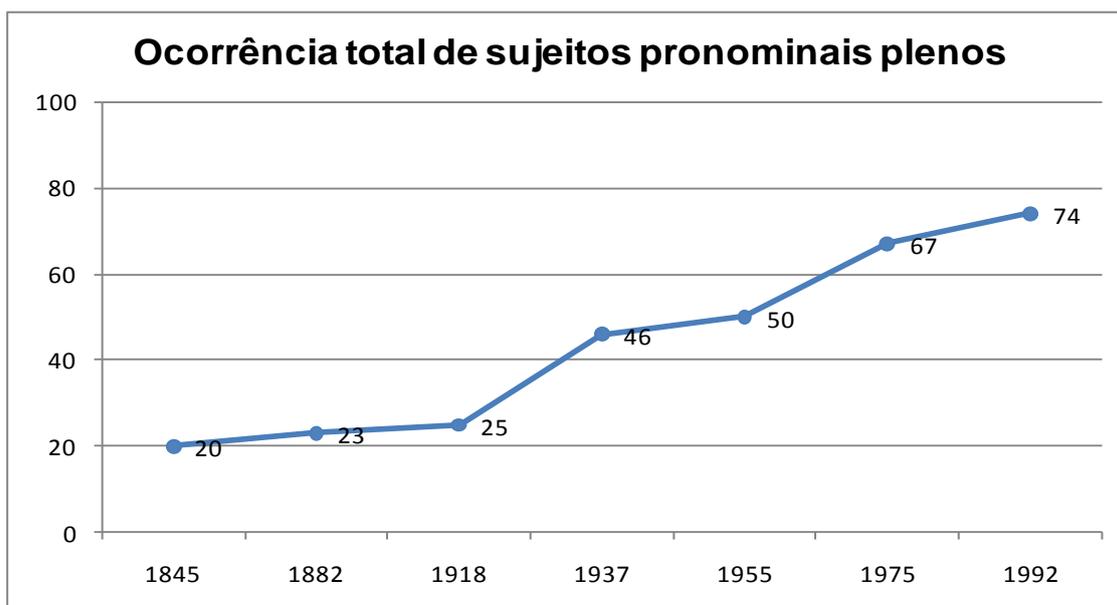


Gráfico 1 – Ocorrência total de sujeitos pronominais plenos (adaptado de Duarte, 1993:112)

Como podemos perceber a partir da curva delineada no gráfico, normalmente interpretada como uma mudança em curso, ao longo desses anos o índice de preenchimento pronominal para a posição de sujeito veio crescendo de forma relevante até chegar a quase uma inversão de frequência nos valores de 1992 comparados aos de 1845. Além disso, é interessante notar que foi a partir de fins dos anos 30 do século XX que o índice de sujeito pleno teve seu aumento mais significativo. Sendo assim, a autora conclui que foi exatamente a partir de 1937 que começou a se delinear, na amostra em questão, a redução do paradigma pronominal com a perda da segunda pessoa, tanto do singular quanto do plural (*tu/vós*), alterando, desse modo, as características de língua de sujeito nulo que o PB apresentava. Nos dois últimos períodos, entre 1975 e 1992, o paradigma se reduz ainda mais com o uso de *a gente* em concorrência com o pronome de 1ª pessoa do plural (*nós*).

Monteiro (1994) também observou os percentuais de preenchimento de sujeito pronominal em uma amostra do *corpus* compartilhado do NURC com gravações realizadas nos anos 70. Com o auxílio da tabela 2.1, podemos notar como se revelou a distribuição dos sujeitos pronominais plenos nas cinco capitais brasileiras:

Cidade	Oco/ Total	Percentual	Peso Relativo
São Paulo	1529/ 2466	62%	.52
Salvador	1528/ 2506	61%	.51
Recife	1342/ 2241	60%	.50
Rio de Janeiro	1241/ 2092	59%	.50
Porto Alegre	1346/ 2386	56%	.47

Tabela 3 – Frequência de sujeitos pronominais plenos por localidade (Monteiro, 1994:143)

A partir desse quadro, podemos verificar que, pelo menos quanto à representação do sujeito pronominal de referência definida, a fala culta brasileira não apresenta diferenças regionais significativas, nem em relação aos percentuais nem quanto aos pesos relativos. Também podemos observar que o sujeito preenchido supera o sujeito nulo, o que contraria, de fato, o princípio a que se submete uma língua de sujeito nulo (Cf. Chomsky, 1981).

Ainda com dados de falantes cultos, mas desta vez com gravações realizadas nos anos 90 (Amostra Recontato) pela equipe do Projeto Nurc/RJ, Duarte (1995) observou em tempo aparente a mudança que está ocorrendo na fala carioca. Os resultados a que a autora chegou foram reveladores de uma mudança em tempo aparente no sentido de aumento do preenchimento dos sujeitos pronominais na fala dos grupos⁴ mais jovens (Grupo 1: 61%, Grupo 2: 73% e Grupo 3: 78%; com pesos relativos de .38, .54 e .59, respectivamente). Duarte verificou também que são as mulheres que lideram essa mudança, apresentando 75% das ocorrências de sujeitos plenos contra 66% na fala dos homens. Se levarmos em consideração o fato de que aproximadamente vinte anos separam as amostras analisadas por Monteiro e Duarte e que esta última não levou em conta as orações coordenadas com sujeitos co-referentes (em que a ocorrência de sujeitos nulos é uma propriedade mais geral), veremos que de fato estamos diante de uma mudança muito perto de se completar.

No que se refere aos sujeitos de referência indeterminada/ arbitrária, a mesma tendência em relação às formas pronominais plenas pode ser observada. Esse fenômeno, na verdade, é decorrência direta do preenchimento dos sujeitos de referência definida. Isso nos permite concluir como estão distantes as prescrições apontadas pela norma gramatical e a realidade do PB falado, possivelmente, porque “o perfil da gramática brasileira (no sentido de gramática normativa) tem sido ditado pela tradição portuguesa e só esse fato

⁴ As faixas etárias são: Grupo 1: acima de 55 anos; Grupo 2: de 35 a 55 anos e Grupo 3: de 25 a 35 anos.

torna o vácuo entre língua oral e escrita muito mais profundo no Brasil do que em Portugal’ (Cf. Tarallo, 1993:70).

Além disso, pode-se argumentar que esses resultados refletem a realidade da língua falada e que a GT busca orientar o usuário da língua escrita padrão, cabendo, nesse caso, à escola facilitar o acesso do aluno àquela variedade que ele ainda não conhece a partir da variedade que domina. Contudo, baseando-se no quadro de mudanças descrito para a língua oral, seria significativo nos questionarmos sobre o fato de a gramática normativa apresentar um quadro bastante diferente da realidade da língua escrita culta, deixando de considerar o uso de outras estratégias da língua oral que já se infiltram na escrita.

Cavalcante (1996), buscando testar, preliminarmente, até que ponto essas mudanças relativas ao sujeito indeterminado estariam implementadas na língua escrita culta, desenvolve um trabalho sobre os sujeitos de referência arbitrária em textos jornalísticos, observando tanto as estratégias utilizadas como sua representação nula ou plena. Para tanto, a autora utilizou como *corpus* uma pequena amostra com textos da Seção de “Opinião” do *Jornal O Globo*, da coluna “Ensaio” da *Revista Veja* e de Crônicas da *Revista de Domingo do Jornal do Brasil*. Os resultados foram, resumidamente, os seguintes:

- Quanto à representação nula e plena do sujeito pronominal de referência arbitrária, houve 77% de sujeitos nulos;
- Quanto às formas pronominais de indeterminação mais freqüentes, ocorreram, nesta ordem, as formas *nós* (77%), *você* (20%) e *a gente* (3%) – preenchidas ou não;
- As crônicas foram o tipo de texto em que mais apareceram ocorrências de sujeitos plenos;
- A estratégia mais freqüente é justamente a menos utilizada na língua oral: o uso de *se* indeterminador e apassivador.

Pode-se concluir, a partir desses resultados, que na escrita padrão dos jornais predomina a forma vazia de expressão do sujeito indeterminado; no entanto, quanto às formas de indeterminação do sujeito, já podemos considerar que começam a se implementar algumas estratégias freqüentes na língua oral,

além do consistente uso da primeira pessoa do plural (*nós*), nem sequer mencionada pela GT entre as formas para indeterminar o sujeito.

Em uma pesquisa posterior, Cavalcante (1999) buscou comprovar suas hipóteses ampliando a amostra analisada. O objetivo central do trabalho foi observar as diferentes estratégias de indeterminação (formas pronominais e usos do clítico *se* em sentenças finitas e não-finitas) na escrita de jornais cariocas dos séculos XIX e XX, divididos em cinco períodos distintos (entre 1848 e 1998). Essa observação teve como intuito tentar capturar uma possível mudança nessa representação e relacioná-la a outros fenômenos de mudança em curso no PB, associando os pressupostos teórico-metodológicos do Modelo de Princípios e Parâmetros da TG e da Sociolingüística Variacionista. Além disso, a autora buscou avaliar se as prescrições que a GT reclama para a norma padrão culta conferem com a norma padrão dos jornais; ou seja, verificou se as prescrições da GT equivalem a uma norma idealizada ou a uma norma de fato da escrita padrão. Em relação aos resultados, Cavalcante nos apresenta o seguinte gráfico:

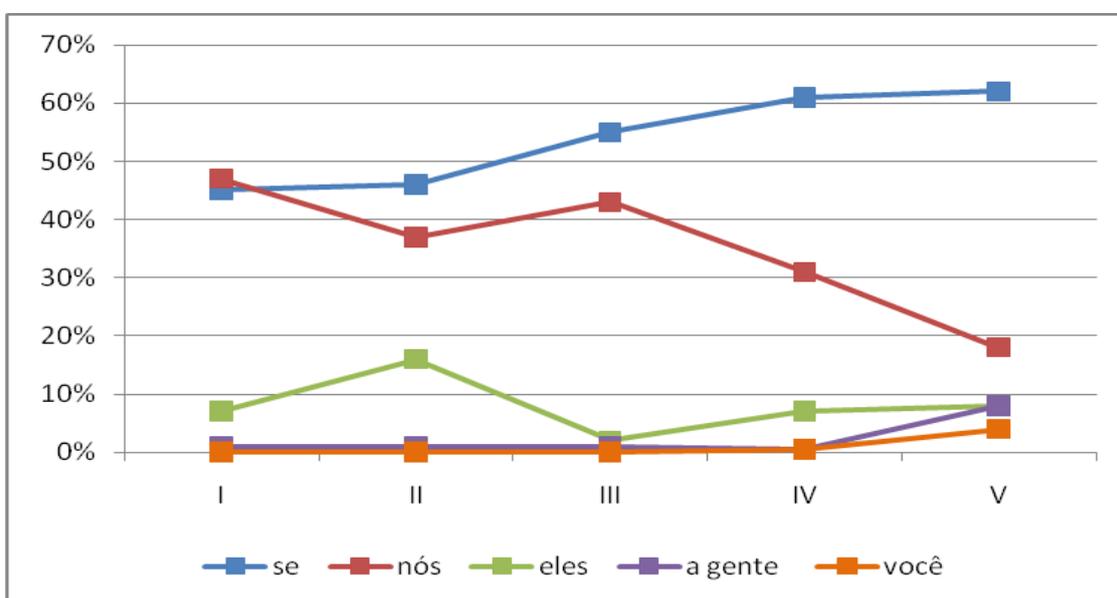


Gráfico 2 – Distribuição das estratégias de indeterminação em sentenças finitas por período de tempo (adaptado de Cavalcante, 1999: 66)

As conclusões a que a autora chega podem ser descritas desta forma:

- os editoriais se revelaram mais conservadores com relação à norma prescrita ao prestigiarem, a partir do Período III (1935-1942), o uso de *se* até chegar aos dias atuais com um percentual quase absoluto dessa estratégia (90%) em detrimento das outras duas (*eles* e *nós*);

- os artigos de opinião apresentaram como estratégias mais utilizadas o *se* e a primeira pessoa do plural, nesta ordem, ao longo dos anos, apresentando, entretanto, em fins do século XX a infiltração das formas *a gente* e *você*, mesmo com percentual reduzidíssimo;
- as crônicas apresentaram maior homogeneidade na distribuição das estratégias utilizadas, que tiveram a seguinte ordem de uso até o Período IV (1964-1968): *se*, *nós*, *eles*, *a gente*. A partir do quarto período, começa a se implementar o uso da forma *você*. No quinto período (1996-1998), os percentuais das diferentes estratégias se aproximam e a forma *a gente* toma a terceira posição no *ranking* das mais utilizadas.

Por esses resultados, pode-se afirmar que o quadro de indeterminação apresentado pela gramática não espelha plenamente a real norma padrão culta, não considerando, ainda, estratégias já implementadas na fala que estão sendo utilizadas na escrita também. Sem dúvida, a teoria variacionista esteve, direta ou indiretamente, ligada a essas pesquisas, buscando auxiliar no processo de estudo e análise do português brasileiro.

2.3. Objetivos e Hipóteses

O objetivo principal desta pesquisa é levantar todas as estratégias de indeterminação do sujeito encontradas em cartas do século XIX. Como se trata de dois tipos de cartas – “pessoais” e “a jornal” –, distintas no que se refere à formalidade do tipo de discurso, buscou-se, em seguida, estabelecer uma análise comparativa entre os resultados. Além disso, foram delimitados outros objetivos a partir de todos os trabalhos aqui mencionados, a saber: (I) levantar ocorrências de sujeito de referência indeterminada (formas pronominais e usos do clítico *se*); (II) notar o comportamento dessas estratégias quanto à sua variedade e quanto à sua representação plena e nula; (III) observar os contextos favorecedores dessas representações em sentenças finitas e infinitivas.

A hipótese central que é a de que o tipo de texto analisado poderia favorecer uma maior variabilidade, por exemplo, na concordância/ não-concordância entre verbo transitivo direto e sujeito paciente, ou talvez revelar uma estratégia de maior prestígio entre as demais. Ao levarmos em

consideração textos mais informais, maior seria a possibilidade de encontrarmos vestígios de variação quanto aos processos em que a indeterminação do sujeito está inserida.

Assim como ocorre com os objetivos deste trabalho, as demais hipóteses têm como base, principalmente, as pesquisas tantas vezes aqui citadas. Dessa forma, buscou-se confirmar também se:

- as formas *se* e *nós* (1ª pessoa do plural) concorrem como estratégias de indeterminação do elemento agente (cf. Cavalcante, 1999; Duarte, 2002), sendo mecanismos em que o referente pode ser recuperado ou não no contexto discursivo;
- o clítico *se* aparece em sentenças com infinitivo desde o século XIX, assim como revelou Nunes (1990), atuando como forma de preenchimento da posição vazia dos sujeitos desse tipo de estrutura;
- a não-concordância entre o verbo e o argumento interno no plural ao lado da partícula *se* em construções finitas é um fenômeno variável desde o século XVI, conforme Naro (1976) e Nunes (1990) atestaram, apontando, portanto, o crescente uso do *se-indeterminador* em detrimento do *se-passivo* em virtude da redução e restrição na ocorrência da ordem VS (verbo, sujeito) no português do Brasil.

Nesse sentido, consideraram-se como formas pronominais de indeterminação o uso da terceira pessoa do plural (*eles*), preferencialmente nula, e o emprego do *se* e da 1ª pessoa do plural (*nós*). Além disso, foram separadas as sentenças finitas das não-finitas, visto que uma das ferramentas mais prestigiadas na amostra em questão, o uso do clítico *se*, é um elemento, segundo a norma gramatical, com presença obrigatória nas finitas e altamente estigmatizado nas não-finitas.

2.4. Os corpora

Como objeto de análise, duas amostras foram utilizadas para obter o controle quantitativo e qualitativo do emprego das estratégias de indeterminação do sujeito no final do século XIX:

(I) em um primeiro momento, foram analisadas 18 cartas redigidas por diferentes remetentes que residiam, em sua grande maioria, na cidade do Rio de Janeiro, sendo destinadas a Rui Barbosa⁵. O teor particular dessas cartas, muitas vezes abordando assuntos da vida íntima tanto dos remetentes quanto do destinatário, fez-nos classificá-las aqui como *cartas pessoais*. Por essa classificação e pelo fato de os remetentes não imaginarem que um dia poderiam ser publicadas, acreditamos que a informalidade textual seria bastante significativa, possibilitando maior variação lingüística.

(II) Em um segundo momento, foram analisadas 20 cartas destinadas ao jornal “O CORREIO PAULISTANO”, classificadas, nessa pesquisa, como *cartas a jornal*. Essas cartas, diferentemente do primeiro grupo, foram escritas por apenas um único remetente, o Senhor Christiano Benedicto Ottoni⁶, mas que também apresentava alto grau instrucional e pertencia a uma camada social privilegiada. É importante destacar que o autor das cartas, ao enviá-las ao Jornal, assume um pseudônimo – *Velho Liberal* – para manter sua identidade

⁵ “As CARTAS A RUI BARBOSA, escritas no período de 1866 a 1899, que constam do *Arquivo de Rui Barbosa – Inventário Analítico da Série Correspondência Geral Vol. 1 – Correspondentes usuais: pessoas físicas* (Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro), constituem preciosos documentos para o conhecimento da fase de constituição de uma norma brasileira e foram escritas por pessoas de renome na época. A identificação dos remetentes foi fornecida pela própria Casa de Rui Barbosa. A edição das cartas passou por várias etapas e esteve a cargo de professores/pesquisadores da UFRJ/CNPq e de bolsistas de Iniciação Científica, em diversos momentos”.

⁶ “Redator nascido em Minas Gerais em 1811, viveu e trabalhou no Rio de Janeiro boa parte de sua vida, tendo falecido em 1896. Foi senador no Império e na República brasileiros. Tendo trabalhado como militar, engenheiro e professor de matemática, foi o primeiro diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Era reconhecido como um erudito em sua época. Escreve longa série artigos acolhidos pelo Correio Paulistano sob o pseudônimo *velho liberal*. Sequência de dezenas de artigos, postos na seção editorial (o espaço da primeira página reservado para a voz editorial), contrários à formação de um partido político católico, ao avanço da Igreja sobre o Estado laico e favoráveis à liberdade de escolha e vivência de diferentes religiões no Brasil”. (Barbosa, Lemos, Monteiro, Vieira, Santos (Editores) 2008, *As redes de leitura e escrita no Cotidiano Jornalístico Brasileiro do Século XIX: Artigos-editoriais de um Velho Liberal mineiro no Correio Paulistano - 1876*).

no anonimato. No primeiro escrito enviado ao periódico, o próprio Senhor Ottoni deixa clara a sua vontade em se manter nas “sombras da pena”:

“Nota – Se o *Correio Paulistano* acolher este es- | cripto, qualquer que seja a secção da folha em que o insira, continuarei. Não lhe importa saber quem es- | creve: o nome, o mais considerado, não faz da verda- | de erro, ou do erro verdade; e o meu nome é obscuro. | E’ indispensavel assignatura nos escriptos, que contem | personalidades; estes não as conterão”.

Outra característica das cartas, que sem dúvida poderá explicar muitos dos fenômenos encontrados, é a classificação dada pelo autor e pelo jornal aos escritos. De acordo com o primeiro, as cartas assumiam o rótulo de *artigo*, muito provavelmente pelas características textuais que se assemelhavam a um artigo jornalístico; já o segundo preferiu incluí-las na seção *editorial*, haja vista que representava o posicionamento de um leitor/ assinante do jornal frente a assuntos em constante discussão na sociedade carioca e nos grandes centros urbanos, como a Política X Igreja. Por essa razão, as cartas do Senhor Ottoni ao *Correio Paulistano* são tomadas como artigo/ editorias, como notamos em uma passagem da segunda carta enviada por ele:

“Não escrevi pela mala de 5, porque ainda não sabia | se a redacção do *Correio Paulistano* tinha aceitado a | offerta do meu fraco contingente para uma discussão, | que é a mais fervente actualidade no Brazil e em | todos os paizes catholicos. || Presentemente, agradecendo a honra de ver acolhido o meu primeiro artigo em uma secção editorial, pro-| curei desempenhar o expontaneo compromisso que as-| sumi”.

Após a descrição dos *corpora* desta pesquisa, assim como o detalhamento dos pressupostos teórico-metodológicos, poderemos, portanto, entender melhor o funcionamento do processo de indeterminação do sujeito diante da análise dos dados encontrados e selecionados, a partir das hipóteses e dos aspectos lingüísticos averiguados em trabalhos aqui já mencionados, principalmente no momento em que estabelecermos uma comparação entre os dois tipos de textos analisados, pertencentes ao mesmo período. Além do mais, os resultados nos permitirão, ao mesmo tempo, relacioná-los a outros fenômenos lingüísticos que se revelam significativos no Português Brasileiro da

época, contribuindo, por conseguinte, para os estudos de mudança sintática do português brasileiro. Sendo assim, será feita uma análise quantitativa e qualitativa dos dados para chegarmos a uma conclusão no que se refere à frequência de uso de cada estratégia nas cartas mais formais, escritas pelo Senhor Ottoni ao Correio Paulistano, e as cartas menos formais, escritas a Rui Barbosa.

Por fim, os procedimentos metodológicos adotados por esse trabalho seguiram os passos, normalmente, apontados por pesquisas de cunho variacionista (cf. Mollica, 1996). Tal postura foi tomada desde a coleta dos dados até à sua codificação e quantificação com o intuito de serem submetidos ao programa GOLDVARB⁷ para análises estatísticas.

⁷ GoldVarb 2001 é uma versão para ambiente Windows do pacote de programas VarbRul – do inglês Variable Rules Analysis, “é um conjunto de programas computacionais de análise multivariada, especificamente estruturado para acomodar dados de variação sociolingüística” (GUY e ZILLES, 2007, 105). O programa GoldVarb 2001 foi idealizado por Steve Harlow, que tomou como base a versão anterior, GoldVarb 2.0 de Rand & Sankoff (1990) para Macintosh. O GoldVarb 2001 foi desenvolvido na Universidade de York, como um projeto colaborativo entre o Departamento de Língua e Lingüística e o Departamento de Ciências da Computação. (ROBINSON, LAWRENCE & TAGLIAMONTE, 2001) Por ser um aplicativo .exe (executável) não necessita de instalação ou de outros programas para complementá-lo. Os resultados da análise obtidos através do GoldVarb 2001, são evidências que vão auxiliar ao pesquisador confirmar ou não sua hipótese inicial. Assim, se um fenômeno lingüístico tem seus grupos de fatores apontados como não significativos pelo programa, a hipótese é rejeitada / se os grupos de fatores são significativos, mas a influência dos fatores não é como se previu no valor de aplicação, a hipótese também é rejeitada / se os grupos de fatores são significativos e a influência dos fatores é como a prevista no valor de aplicação, a hipótese é confirmada. Este roteiro foi desenvolvido com o objetivo.

3. ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, são apresentados os grupos de fatores – lingüísticos e extralingüísticos – utilizados para a análise dos dados selecionados. Em seguida, são apresentados os resultados, divididos em dois grupos distintos: (I) o quadro de indeterminação do sujeito nas sentenças finitas e (II) o quadro de indeterminação nas sentenças não-finitas. Como um dos objetivos dessa pesquisa é comparar as diversas ferramentas utilizadas para indeterminar o sujeito em cartas formais e informais do final do século XIX, apresentamos, inicialmente, a distribuição geral das estratégias encontradas nos *corpora* em termos dos valores percentuais de freqüência. Nesse sentido, acreditamos que não haverá equivalência no uso das formas de indeterminação em relação aos tipos de carta. O fato de receberem aqui duas classificações – “cartas pessoais” e “cartas a jornal” –, por apresentarem graus distintos de formalidade, poderá contribuir de forma cabal para que os processos não sejam os mesmos.

Portanto, a análise dos dados nos permitirá não apenas comparar o comportamento de cada estratégia aqui encontrada nesses dois tipos de construção, como também estabelecer um paralelo entre as hipóteses e os resultados obtidos em outros trabalhos já relatados anteriormente e elencar, por fim, explicações plausíveis que nos auxiliem entender ainda mais os mecanismos utilizados para a indeterminação do sujeito.

3.1. Os grupos de fatores

Para averiguar a veracidade das hipóteses levantadas nessa pesquisa, apresentaremos agora os grupos de fatores selecionados para observação dos dados. Estabelecemos seis variáveis dependentes, a depender do aspecto que queríamos analisar. Sendo assim, ressaltamos que na análise é enfatizado, principalmente, o aspecto quantitativo – a freqüência de cada estratégia de indeterminação dentro do *corpus* escolhido –, sem deixar de levar em consideração o aspecto qualitativo, haja vista que há a possibilidade de encontrarmos formas que, ainda que pouco freqüentes, podem ser consideradas inovadoras dentro do sistema pronominal do PB (cf. Cavalcante, 1999).

3.1.1. Tipo de texto

Apesar de trabalharmos como uma única modalidade textual – carta –, notamos que havia uma diferença significativa, no que se refere ao aspecto extralingüístico, entre as cartas analisadas. No primeiro caso, separamos as cartas escritas a Rui Barbosa por diferentes remetentes, que pelo seu caráter pessoal foram classificadas como “cartas pessoais”. No segundo, destacamos as cartas redigidas pelo Senhor Christiano B. Ottoni ao periódico “Correio Paulistano”, classificadas como “cartas a jornal” devido ao seu caráter público. Por essa razão, essa variável foi estabelecida segundo o grau de formalidade dos textos: as “cartas pessoais”, pelo seu caráter mais informal, permitiriam, por exemplo, a entrada de novas formas pronominais de indeterminação, como *a gente* e *você*, além de possibilitar a flexibilização da concordância verbal. As “cartas a jornal”, com seu caráter mais formal, seriam as mais conservadoras e as que mais se aproximariam da norma gramatical.

3.1.2. Formas finitas e infinitivas

Como a GT recomenda o uso do clítico *se* nas sentenças finitas e recrimina nas sentenças com infinitivo, como podemos notar a frequência desses casos nos exemplos (64) a (67), separamos esses dois tipos de construção em grupos distintos.

(64) Não desejo que fiques | contrariado no que te digo | em relação ao grau de ami-| zade *que* (?) te tem os ministros,| não posso deixar de te dizer | a verdade, qualquer opinião | tua em relação a estes homens | foi a tua, todos os outros fi-| carão, a minha a do Lucio | [inint.] e se não fosse isto **não** | **se faria o negocio**, está atten-| to o *Doutor* Fernando Mendes, | diz este *que* a folha tem por fim | defender os interesses dos | Prados. (Arquivo 14/3 (19) – Cartas a Rui Barbosa)

(65) **Fundou-se** na França e tem já ramificações em di- | versos paizes **uma nova internacional clerical**, socieda- | de secreta com o nome de *Jesus Rei*, que segundo | afirma seu grão mestre Visconde Pontou d’Am[ilegível]court | tem por missão *dar á Europa governos christãos*. (Arquivo III, Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

(66) Mas, para **reparar a injustiça**, agravada | pelos considerandos do decreto de 24 de nove- | de 1893 – era necessária a revogação d’esse | decreto; – foi o que fez o decreto de 14 do corrente, | cujos intuitos Vossa Excelência interpretou perfeitamente | Subscrevo-me com elevada consideração e estima. (Arquivo – CR 176/1 (2) / LAMIC – CR 176/1 (4) – Cartas a Rui Barbosa)

(67) Para edificação do paiz á respeito do nascente | *partido catholico*, é importante **conhecer os resulta-| dos de tentativas semelhantes** nos outros paizes: pelo | que toca à França, muito recommendo a leitura da il-| lustrada correspondencia de Pariz, inserta em o numero | do dia 22: (Arquivo V, Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

Como se pode notar, as orações finitas (64 e 65) foram acompanhadas pela partícula *se*, ao contrário das orações não-finitas, que “dispensam” o clítico, assim como a visão normativa determina. Todavia, o intuito de analisarmos separadamente sentenças finitas das não-finitas é tentar comprovar os apontamentos de Nunes (1990) sobre a presença do *se* junto a verbos no infinitivo, o que contrariaria a Gramática Tradicional e, ao mesmo tempo, seria um indício de variação no sistema lingüístico da época.

3.1.3. Estratégias de indeterminação

Essa variável nos permitirá controlar as diferentes estratégias de indeterminação do sujeito na amostra. Assim como observado em Cunha (1993), em que há uma ampliação no número de estratégias do quadro pronominal encontrado na língua oral, buscaremos averiguar se ocorre o mesmo na modalidade escrita, em específico *cartas formais/ informais*. Além disso, verificaremos se existe uma forma de prestígio utilizada pelos escritores, conforme Duarte (2002) atestou em sua pesquisa ao trabalhar com cartas de leitores e redatores do mesmo período.

Dessa forma, são consideradas as seguintes formas pronominais nas sentenças finitas:

- a terceira pessoa do plural, *eles* – verbo na terceira pessoa do plural, sem qualquer referência anterior ao pronome. Trata-se de uma estratégia utilizada tradicionalmente pela norma gramatical para indeterminar o sujeito, quando o pronome não está expresso no discurso. Os exemplos (68) a (71) comprovam a presença desse mecanismo no corpus analisado.

(68) Como vai [inint.] | e a *Excelentíssima* Maria Lisiza(?) | Victoria; sei que é mo-| rena e bonita, não como | a mae desta *Excelentíssima* Senhora | **afirmão-me** que está *muíto*| mais ainda, previa isto, | como não virá orgulhosa, | apresente-lhe nossa eterna | gratidão, diga-lhe *que* temos | por ella as maiores sau-| dades. (Arquivo – CR 14-3(27) – Cartas a Rui Barbosa)

(69) Estou de pleno accordo com *Vossa Excelência* sobre | a *Constituição* da Republica. Abolindo todas as | distincções honoríficas, **vão tolir** as honras | militares, e por assim pensar não fiz | uma só concessão de tais honras. (Arquivo – CR 176/1 (2) / LAMIC – CR 176/1 (4) – Cartas a Rui Barbosa)

(70) O compositor natu- | realmente disse para seus botões – é impossivel que o | papa chamasse a tolerancia religiosa um *mal funesto*; | ha de ser lapso de penna - e resolveu suppril-o. || Pois enganou-se: Pio IX quer a liberdade para a re- | ligião romana nos paizes protestantes como a Inglater- | ra; no catholicismo quer o exclusivismo, a proscricção | dos outros cultos: é o que lá **chamam** a *unidade reli- | giosa*, pela qual quebra lanças a *virtuosissima* ex- rai- | nha Izabel. (Arquivo IV, Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

(71) Os jornaes da ultima data dão noticia de uma festa | comemmorativa que se preparava em Pariz, e estava | excitando immensa gritaria das folhas clericas. || Sendo o anno da grande exposição projectada (1878) | egualmente o centenario da morte de Voltaire e Rous- | seau, **pretendiam aproveitar** a grande concurrencia de | estrangeiros para uma manifestação cosmopolita em | honra dos dous genios que a França se orgulha de ter | produzido. (Arquivo VIII, Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

- a primeira pessoa do plural, *nós* – verbo na primeira pessoa do plural, sem qualquer referência anterior ao pronome. Embora não seja mencionada pela

GT, Duarte (2002) averiguou que essa estratégia concorre com o clítico se no processo de indeterminação do sujeito, no momento em que analisou cartas de leitores e redatores do século XIX. Os exemplos (72) a (75) corroboram a presença da primeira pessoa não expressa como ferramenta de indeterminação, tanto em textos informais quanto formais.

(72) É phenomenal e desinchava- | do este *Senhor Antonio Prado* , como se | vê d'este (init) trecho do | officio, de que trato, da fiscalisa- | ção: “O aviso de 20 de Abril p. | jr. declarou que o contrato | em vigor não contem (init) | que obrigue a *Sociedade* do | gaz a ter aparelhos | para o caso de incendio, no | entanto determinou que essa | *Sociedade* tivesse em estado de | funcionar, aparelhos apro- | priados para extincção de incen- | dios de que o pessoal da fabri- | ca lançasse mão antes de | qualquer auxilio estranho”.

Ahi **temos** como o *Senhor Prado* | e a fiscalização provincial (?),| essa proposta, resolveo se como : | o contrato não tem disposi- | ção que obrigue a *Sociedade* a ter | aparelhos para a extincção de | incendio, no entanto deter- | minou que os tenham de | jeito que o pessoal da fabrica | possa lançar mão. (Arquivo – CR 212-2 (4) – Cartas a Rui Barbosa)

(73) As cousas politicas | seguem em curso *muïto* | natural, nada se tendo | dado que se possa cha- | mar atenção a não | ser a questão que se a- | gita da pacificação da | revolução do Rio Grande, | *muïtos* telegrammas se tem | publicado aqui na im- | prensa sobre isto, uns dan- | do conta do que se passou | entre o nosso representante | e o Gaspár, outros desmen- | tindo de modo que não | pode saber o que há de | verdade , o que se parece | certo é que as forças dos re- | voltosos avanção sobre a | cidade de Porto Alegre, no | ultimo, publicado a dias, | diz que se achão em São | Leopoldo, ora como esta ci- | dade esta a poucos kilome- | tros do *Rio Grande*, deve se | colligir que por estes dias | lá estarão, enfim o que | todos desejaó hé(?) ver ter- | minada aquella luta e | para isso *muïtos* trabalhão , | Deus queira que assim | seja, basta de lutas **neces- | sita-mos** *muïto* de pás e por *muïto* amor. (Arquivo – CR 14/3(26) – Cartas a Rui Barbosa)

(74) A antiga e respeitavel tribu dos exploradores da | ignorancia publica não se extinguiu ainda. || <<Não ha muito que aqui **tivemos** dous missio- | narios

lazaristas que trouxeram em sobressalto a cons- | ciencia dos tímidos com
tétricas pinturas do inferno, | que deixaram muita gente douda varrida. || Agora
temos um mulato feiticeiro, Leandro da Pe- | nha que pratica quase
publicamente as cerimônias ridi- | culas do seu rito, diante dos papalvos que
acodem aos | milagres e curas maravilhosas do improvisado augure. (Arquivo
XVI, Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

(75) O decreto do concílio do Vaticano, disseram logo | notáveis theologos,
tende a extinguir na comunhão | catholica todo o movimento intellectual, toda
a activi- | dade scientifica, toda a esperança de união e paz entre | as diversas
seitas que reconhecem a divindade de Chris- | to. || E **estamos** vendo, quanta
perturbação havia por | todo o orbe catholico, desde aquella blasphema decre- |
tação, quanta intolerancia ! quanto fanatismo ! quanta | ameaça de vinganças,
de explosão de odios, de sangue | derramado, em nome de uma religião de
paz e cari- | dade ! (Arquivo XXIII Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

- algumas formas inovadoras de indeterminação, como *a gente* e *você* (cf. Cunha, 1993; Duarte, 1995) – Cavalcante (1999) nos mostra que, ao analisar textos jornalísticos, em específico artigos de opinião, há o registro dessas formas pronominais como elementos indeterminadores do sujeito durante o século XX. Ainda que seja pouco provável encontrarmos dados com esse tipo de estratégia no *corpus* selecionado, cabe-nos verificar se não há nenhum indício de sua implementação no quadro pronominal do PB desde o fim do século XIX.

Além disso, uma estratégia bastante prestigiada pela gramática tradicional e que merece uma atenção ainda maior é a partícula *se* – as construções com o pronome apresentam duas estruturas sintáticas distintas (cf. Naro, 1976; Nunes, 1990), mas que indeterminam o realizador da ação verbal, ou seja, o argumento externo da oração: o *se-passivo*, que assimila papel temático de argumento externo, além de espelhar o caso acusativo, e o *se-nominativo*, que assimila o caso nominativo, sendo encarado aqui como sujeito da oração, da mesma forma que o fazem Nunes (1990) e Brito (1995). Nesses casos, notamos que há uma estrutura de argumento externo arbitrário que corresponde nas demais formas ao sujeito sintático da oração, elemento que

carrega a marca do caso nominativo. Segundo Raposo (1992), o *se-nominativo* e acusativo são considerados como um *se* impessoal, ressaltando que existe uma semelhança semântica entre o clítico e o pronome “alguém”. Os casos (76) a (79) exemplificam a presença do *se* nas Cartas a Rui Barbosa e nas cartas do Senhor Ottoni:

(76) Ahi temos como o *Senhor Prado* | e a fiscalisação provincial (?),| essa proposta resolveo se como : | o contrato não tem disposi- | ção que obrigue a *Sociedade* a ter | aparelhos para a extincção de | incendio, no entanto deter- | minou que os tenham de | jeito que o pessoal da fabrica | possa lançar mão. (Arquivo – CR 14-3(28) – Cartas a Rui barbosa)

(77) Creio, po- | rem firmemente que a elei- | ção se fará, por ser essa | alem de uma aspiração | muito generalizada, é a ideia | d muitos amigos do gover- | no. Assim ainda hontem | o Astolpho Pio e o Azeredo | me disseram ser imprescendi- | vel essa consulta á nação. (Arquivo – CR 75 (2)/ LAMIC CR 75 (5) – Cartas a Rui Barbosa)

(78) **Organisa-se** no paiz um partido catholico, que pre- | tende conquistar o poder, *para embaraçar todo o pro- | gresso no sentido da liberdade dos cultos*, que não é | mais do que a liberdade do pensamento. || Tem este partido orgams na imprensa do Rio, São | Paulo, Minas, Pernambuco, Pará e outras provincias; | é dirigido por uma parte do clero, tendo á sua frente | alguns bispos. (Arquivo I Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

(79) Estas resoluções irritaram profundamente os ca- | tholicos; **travou-se** na imprensa discussão vehemente; | a exaltação dos espiritos crescendo sempre **traduziu-se** | á final em movimentos insurreccionaes. (Arquivo X Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

Ainda sobre as estratégias de indeterminação observadas em sentenças finitas, destacamos a estrutura de voz passiva analítica sem a presença do termo “agente da passiva”. A respeito desse recurso para indeterminar o possível realizador da ação verbal em uma oração, Mira Mateus *et alii* (2003) nos apresentam os seguintes exemplos:

- (i) O Luís ofereceu o livro à Maria.
- (ii) O livro foi oferecido à Maria pelo Luís.

As autoras afirmam que frases ativas como (i) e passivas sintáticas, assim intituladas por elas, como (ii) relacionam-se de uma forma sistemática, que pode ser descrita da seguinte forma:

- I. “O constituinte com a relação gramatical de sujeito da passiva, tem, na ativa correspondente, a relação gramatical de objeto direto”;
- II. “O constituinte introduzido pela preposição *por* na passiva, a que chamaremos **sintagma por**, conhecido pela tradição gramatical como *agente da passiva*, tem, na ativa correspondente, a relação gramatical de sujeito”;
- III. Existe constância de papel temático entre sujeito da passiva e objeto direto da ativa correspondente e entre **sintagma por** e sujeito da ativa correspondente;
- IV. Ocorre na passiva uma forma auxiliar *ser*, ausente da ativa correspondente, seguida de uma forma participial;
- V. A forma participial presente na passiva concorda em gênero e número com o sujeito.

Em específico ao item II, observamos que há uma equivalência entre o objeto direto da construção ativa e o sujeito na construção passiva, ao mesmo tempo em que o agente da ação verbal é mantido nas duas construções (*Luís*). No entanto, as autoras destacam que, na passiva sintática, “o SN regido pela preposição *por* é opcional”, diferentemente do que acontece nas frases ativas, em que o SN tem de estar expresso sintaticamente, “quer sob a forma de um SN lexical, quer sob a forma de um sujeito nulo com referência definida ou arbitrária”, como notamos no caso abaixo:

- (iii) O livro foi oferecido à Maria.

Pelo que é apresentado pelas autoras, concluímos que a ausência do **sintagma por** (o “agente da passiva”) nas construções passivas representaria um recurso de indeterminação. Por essa razão, buscamos observar qual a sua relação percentual com os demais casos utilizados pelos escritores nas referidas cartas, como se observa nos exemplos (80) a (83):

(80) Estes districtos **foram estabele-** | **cidos** para funcționarem, tendo | [inint.] em sua fabrica e appare- | lhos para a produção e distribui- | de gaz, quer **fossem entregues** a | uma ou mais Companhias. (Arquivo – CR 3 (2)/ LAMIC CR 3 (1) – Cartas a Rui Barbosa)

(81) A cidade do Rio de Janeiro, a experiencia | o tem demonstrado, não **pode sêr abastecida** | com 150.000.000 de litros d'agua, como muita | gente o suppõe, nem **pode** as suas neces- | sidades a este respeito **sêr comparadas** | las de cidades estrangeiras, cujo clima, | habitos e costumes, são diversos. Há muito *que* esta questão me preocupa, obri- | gando-me a estudos que, me trouxerão a | convicção de *que* sendo a agua, o principal | agente indispensavel a hygiene desta cidade, | attento ao seu clima , as suas condicções | topographicas, os defeitos de sua rêde de | esgôto, os costumes de sua população, as | exigencias de hygiene de sua população, | só **podem sêr saptisfeitos** , com largo | abastecimento d'agua, cujo volume na es- | tação Pêsc(?), deve attingir ao minimo | de 100.000.000 de litros. (Arquivo – CR 27 (1)/ LAMIC 27 (5) – Cartas a Rui Barbosa)

(82) *O Jornal do Commercio* limitou-se transcrever o | artigo do | *Apostolo*; não pronunciou a respeito delle || apreciação alguma. || Este colosso de circulação e de *publicidade* não se | compromette de leve: a sua poderosa palavra só é **ou-** | **vida** nas grandes occas[ões], infallivel como a do papa. (Arquivo XIII Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

(83) Uma moça Christã declara-se convertida para o Isla- | mismo; e quando muito espontaneamente vae apresen- | tar-se na Mesquita, seus ex-correligionários a arreba- | tam e occultam: Agitam-se os musulmanos: acodem | os consules para acalmal-os; **são assassinados** os da | França e da Allemanha. Eis o 1º acto da terrivel | tragedia. || As nações do Occidente reclamam e se armam. (Arquivo IX Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

3.1.4. Representação nula e plena das formas pronominais

Com esta variável é possível observar como se comportam as formas pronominais na função de sujeito de referência arbitrária, podendo, pois, saber se tal distribuição configura uma mudança encaixada naquelas que Duarte

(1993) e Tarallo (1993) verificaram. Acreditamos que as formas que apresentam marcas morfológicas distintivas, como *nós* e *eles*, obtêm índices de sujeitos nulos maiores do que de sujeitos plenos, da mesma forma que algumas pesquisas observaram (Cunha, 1993; Cavalcante, 1999). Os exemplos (84) a (89) mostram a freqüência da não-marcação dos pronomes-sujeito, mas também deixam claro que a presença da forma pronominal se revelou possível no corpus pesquisado.

(84) Mas por mim e por elles posso assegu | rar-lhe que nesta officina o seu nome será | sempre respeitado. Não tive previo conheci- | mento da publicação a que allude em seu | artigo e ella é, como sabe, de origem | alheia à redacção d' O Paíz. São tantas as separações e as divergencias que estão | perturbando a vida da Republica e | armando uns contra outros, os obreiros da mesma construcção, que eu sentiria grande | pesar, se prevenções injustas ou intrigas per- | fidas, concorressem para interromper a cordia- | lidade das relações que **temos mantido** desde | os primeiros momentos da inauguração da | Republica. (Arquivo – CR 212-2 (4) – Cartas a Rui Barbosa)

(85) Ninguem dirá que a politica e a diplo- | macia Brasileira póde ser hoje a mesma | que era hontem quando a Federação A- | mericana ainda se conformava ao conse- | lho dos seus fundadores de não ter colo- | nias, nem querer aliados. Todas as al- | tas posições e funcções politicas entre | nós, seja do Governo, seja da Opposição, | seja da imprensa tem pois d' ora em diante que ser ac- | ceitas sob a impressão de terror sagrado | proprio dos que elaboram os destinos | nacionaes em uma epoca de crise e | mutação. É este o tempo para todas as | imaginações suggestivas e creadoras se | approximarem, para todas as dedicações | e sacrificios se produzirem, se **nós quizermos** | **salvar** a honra e os creditos da nossa ge- | ração á qual veio a caber taes responsabi- | lidades. (Arquivo – CR 176/1 (2) / LAMIC – CR 176/1 (4) – Cartas a Rui Barbosa)

(86) Estou envolvido em um | processo criminal por deso- | bediencia a lei, no dia que | a força invadiu o Frontão | eu não estava presente, ape- | nas estava o director (init) | este quis um docu- | mento aliado(?) pela policia | como ensistisse teve ordem | de prisão , (init) | não suppus que a cousa | passasse

disso, porem agora | vejo que **forão** alem. (Arquivo – CR 14-3(28) – Cartas a Rui barbosa)

(87) Nem mais | um dollar para a sustentação das escolas nesta seita: | **firmemos** em bases solidas e reaes a separação eterna | da igreja e o Estado, a abolição do orçamento dos cultos, | a recusa ao poder ecclesiastico de toda a intervenção | no governo temporal, no exercicio dos direitos indivi- | duais, civis e politicos do cidadão. (Arquivo XVII Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

(88) A liberdade dos cultos ganha terreno em todo o | mundo. Poderá não ser ainda adoptada na Turquia a | constituição que a proclama, mas o facto da proposta | pelo presidente do conselho d'Estado prova exigencias | n'esse sentido de todas as nações da Europa. || E **seremos nós** quem retrograde para a intolerancia | dos tempos da Inquisição? || - Deu-se aqui um facto no Instituto dos Advogados, | que passou despercebido, mas a mim parece significa- | tivo. (Arquivo XVI Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

(89) Funcionava na ultima data em Pariz um *congresso de junctas catholicas*, presente o arcebispo *dom Vital*, que não volta para | Pernambuco, **dizem**, porque o papa condemnou seu | procedimento, mandando levantar os cerebrinos inter-| dictos. || Esse congresso declara abertamente a guerra a civi- | lisação moderna; trabalha por submeter todas as so-| ciedades civis aos preceitos do Syllabus; (Arquivo V Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

3.1.5. Concordância entre verbo transitivo direto e argumento interno no plural

Tal variável dá conta da hipótese de que esteja havendo um aumento dos casos de não-concordância ao longo dos anos, principalmente com base no que Naro (1976) e Nunes (1990) atestaram. Segundo Naro (1976), desde meados do século XVI, já aparecem na língua portuguesa casos de não-concordância na modalidade oral, chegando ao século XIX, como revelaram os resultados de Nunes (1990), a atingir mais de 50% das ocorrências. Dado que esses dois autores trabalharam com textos “o mais próximo possível do vernáculo de cada época” e que aqui são considerados textos da escrita padrão, não acreditamos que a partir de meados do século XIX encontremos índices tão altos de não-concordância. No entanto, é provável que haja índices

relevantes que comprovem a presença desse fenômeno, que, ao longo dos anos, se intensificaram cada vez mais, como comprovaram Cavalcante (1999) e Duarte (2002). Nos casos (90) e (91), o processo de não-concordância pode ser observado:

(90) Procedendo de mais de | um estabelecimento, **faz-se** melhor a | distribuição e a regulari- | sação da pressão, e bem assim a pu- | rificação do gaz, e no caso de sus- | pensão dos trabalhos de | uma das fabricas por qual- | quer accidente, as outras sup- | prem o gaz ao districto da | que deixou de funcionar. (Arquivo – CR 3 (2) / LAMIC CR 3 (1) – Cartas a Rui Barbosa)

(91) A religião era mansa e humilde; o pulpito, o altar, o | confissionario funcionavam liberrimamente; a Igreja | obedecia as leis civis, não abria luta com a sociedade, o | padre ou era só padre; ou se era também cidadão, era | liberal, republicano ou conservador, sem a pretensão | de fundar *partido catholico*. || Havia tolerancia: não renegava sepultar a cadaveres, | nem tinha surgido o horror á hypocrisia, maçoneria | que nada tem com a religião, **cultivava-se** modesta-| mente o sentimento religioso e o proprio fanatismo. (Arquivo IX Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

3.1.6. Uso de se com infinitivo

Além de controlar a presença dos pronomes sujeitos e do se em sentenças finitas, também controlamos sua presença em sentenças com infinitivo. Com relação ao uso de se, tal como Nunes (1990) observou na sua amostra, acreditamos que na língua padrão, empregada em cartas do século XIX, o uso de se com infinitivo seja recorrente, ainda que em um número reduzido. Essa presença do clítico se junto a infinitivos é explicada por Raposo (1992:45) e Brito (1995:25) como sendo decorrente (a) do fato de o português ser uma língua de sujeito nulo e (b) da existência de infinitivo flexionado que legitima o clítico se. Isso explica a não ocorrência de tal construção nas demais línguas românicas de sujeito nulo. Os exemplos (92) a (94) corroboram a presença do se diante do infinitivo, nas cartas analisadas:

(92) A hora do accidente foi tu- | do para **se salvar** a cidade da es- | curidão e de uma catastro- | phe horrorosa os habitan- | tes da fabrica e sua circun- | vizinhanca. Propagada a chamma a | todo o edyfficio, o que poderia a- | conter (rasura) a horas mor- | tas da noite, estava realisada(?) | a catastrophe, porque o grande | medidor de gaz, os purificado- | res, achão-se no edificio | proximos d´este. (Arquivo – CR 3(2) / LAMIC CR 3(1) – Cartas a Rui Babosa)

(93) Mas, para **se reparar** a injustiça, aggravada | pelos considerandos do decreto de 24 de nove- | de 1893 - era necessária a revogação d´esse | decreto; foi o que fez o decreto de 14 do corrente, | cujos intuitos Vossa Excelência interpretou perfeitamente. (Arquivo – CR 176-1 (2) / LAMIC CR 176/1 (4) – Cartas a Rui Barbosa)

(94) Nem é difficil **se saber** de que espirito será animada | a concordata, se vier a lume: nem uma ainda assignou | Pio IX que não consignasse a intolerancia, e a pros- | crição de todos os cultos não catholicos. || Nas côrtes de Hespanha se propoz ultimamente um | projecto de Constituição, em que a tolerancia religiosa | está formulada em termos menos explicitos que os da | nossa. (Arquivo XX Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

3.2. Análise dos resultados

3.2.1. Estratégias de indeterminação com formas verbais finitas

Essa seção está dividida em quatro partes: (1) apresentação geral dos resultados; (2) distribuição das estratégias por tipo de texto; (3) representação nula e plena dos pronomes sujeitos e (4) frequência da não-concordância entre verbo transitivo direto e argumento interno no plural nas construções com *se*.

Foram computadas 355 ocorrências de estratégias de indeterminação do sujeito em sentenças finitas, distribuídas pelos dois tipos de cartas.

3.2.1.1. Distribuição geral das estratégias com formas verbas finitas

Os números apresentados na tabela a seguir foram obtidos a partir de uma rodada em que todos os dados foram considerados, nos *corpora* analisados. A variável dependente foi a “forma de indeterminação”. A

distribuição percentual das estratégias, dessa forma, soma 100%. Vejamos como ficou essa distribuição à luz das hipóteses levantadas, a partir da observação do quadro abaixo:

Estratégias de Indeterminação em cartas do século XIX			
	Casos	Percentual	Total
SE	169	48%	355
1ª pessoa do plural	116	33%	355
Voz passiva analítica	40	11%	355
3ª pessoa do plural	30	8%	355

Tabela 4 – Estratégias de Indeterminação em cartas do século XIX

A primeira observação que podemos fazer após analisarmos esta tabela diz respeito aos processos de indeterminação encontrados na amostra selecionada. Ao contrário do que nos aponta a Gramática Tradicional, o clítico *se* e a 3ª pessoa do plural (sem a presença do pronome *e/les*) não são as únicas estratégias utilizadas para indeterminar o elemento agente. Como podemos notar, além desses mecanismos, temos o uso da 1ª pessoa do plural (*nós*) e o uso da voz passiva analítica, com a ausência do termo conhecido pela norma gramatical como “agente da passiva”. Os dados a seguir exemplificam essa distribuição:

(95) Não **se** falla em amnistia | creio que isto não **se** fará | senão na futura
 secção | de Maio, a ser isto verdade | vamos *mu*ito mal, creio *que* a | politica do
 Prudente será | em tudo de accordo com o | Major, pelo que **se** diz | pelo que
 elle falla em roda(?) | no Itamaraty(?) deve-se | acreditar nesse resultado;
 (Arquivo – CR 3 (2) / LAMIC CR 3 (1) – Cartas a Rui Barbosa)

(96) Os jornaes de 5 dão noticia de uma nova campa- | nha aberta pelo bispo
 do Pará contra o drama - | *Maçons e Jesuitas* – que em outras provincias tem |
 subido a scena, e que lá *sua excelência* quis prohibir sem o ter | lido, como
 confessou, pedindo um exemplar, depois de | ter reclamado. || Representou ao
 presidente que recommendou o ne- | gocio ao chefe de policia; e este lendo o
 drama e as- | sistindo aos ensaios informou, que não havia ali offensa | alguma
 á religião. || **Autorisou-se** a peça, que tinha dado ao theatro bel- | las

enchentes; mas o bispo levantou conflicto com a | presidencia, sustentando que só á *autoridade ecclesiastica compete decidir se ha ou não no drama ataques ao | clero.* (Arquivo VIII Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

(97) Não se falla em amnistia | creio que isto não se fará | senão na futura secção | de Maio, a ser isto verdade | **vamos** muito mal, creio que a | politica do Prudente será | em tudo de accordo com o | Major, pelo que se diz | pelo que elle falla em roda(?) | no Itamaraty(?) deve-se | acreditar nesse resultado; (Arquivo – CR 75 (2)/ LAMIC CR 75 (5) – Cartas a Rui Barbosa)

(98) Quem é que | ameaça os padres de lutas corporaes? Ninguém: a propria acção legal do poder judiciário sobre os bispos | que abertamente se rebellarão contras as leis de seu | paiz, essa mesma foi interrompida pelo poder modera- | dor: o dominio espiritual tem a Igreja a mais ampla | liberdade: se ha lutas, se ha combate, se ha inimigos, | é a Igreja... não são seus ministros infieis os provo- | cadores. || **Retrocedamos** meia duzia de annos, quando não nos | perturbavam elles as consciencias: qual era o estado das cousas? || A religião era mansa e humilde; o pulpito, o altar, o | confissionario funcionavam liberrimamente; (Arquivo VI Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

(99) Estes districtos **foram estabele-** | **cidos** para funcionarem, tendo | [inint.] em sua fabrica e appare- | lhos para a produção e distribui- | de gaz, quer **fossem entregues** a | uma ou mais Companhias. O preço maximo do gaz, se- | gundo o contrato, **foi taxado** | em 210 reis, metade em moe- | da corrente, metade em ouro, e sujeito a uma escala movel | em relação ao dividendo que para | este effeito **foi taxado** no maxi- | mo de 8%. Em virtude d´esta escala **foi** | **estatuído** que, a cada segmento | de 1.000 reis no dividendo de 8, cor- | responderia o abaixamento de | um real no preço de 210 reis do | do gaz. (Arquivo – CR 176/1 (2) / LAMIC – CR 176/1 (4) – Cartas a Rui Barbosa)

(100) Continuamos hoje a santa cruzada por nós empre- | hendida em favor da liberdade dos cultos e contra os | ardis jesuiticos, que tem em mira confiscar em pro- | veito da ordem, o pensamento humano. || Fundou-se em Minas na séde do bispado a *Associação | Catholica Marianense*, cujo orgão na imprensa parece | ser o *Bom Ladrão*, jornal publicado naquella cidade, e | ao qual **são**

oferecidas aos catholicos intransigentes 11 | candidaturas de liberaes e conservadores, assim decla-| rados *Bons Ladrões*. (Arquivo III Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

(101) A Gazeta publicou hoje | um telegramma dirigido | a ti pelo Major (init), este | official, **dizem**, é pessoa | do Itamaraty, sendo assim, | fico *mu*to esperançado que | as cousas a teu respeito , pen- | so mudarão inteiramente, | voltão se *para* ti, estou bem | satisfeito, o que me parece, | isto é o que vejo o que ob- | servo a opinião publica | tem mudado inteiramente, | *mu*ta gente lamenta a tua | ausencia, sou constante- | mente interrogado, **pergun-** | **tão**-me com interesse. (Arquivo – CR 212-2 (4) – Cartas a Rui Barbosa)

De acordo com a distribuição dos dados expostos no próximo gráfico, fica clara a preferência pelo uso do *se*, com um percentual de 48% dos casos. Em segundo lugar, com um percentual um pouco inferior em relação ao primeiro, com 33% dos casos, temos a primeira pessoa do plural (*nós*). Na terceira posição, temos o emprego da voz passiva analítica (com a ausência do termo agentivo) com 11% dos casos, concorrendo ao lado da quarta posição, ocupada pela terceira pessoa do plural (*eles*), com 8% dos casos.

Cabe ressaltar que não foi encontrada nenhuma ocorrência dos termos *você* e *a gente* na amostra analisada. De acordo com Cavalcante (1999), essas estratégias apresentam índice pouco significativo em textos jornalísticos dos séculos XIX e XX. Em relação ao termo *a gente*, seu uso ocorre desde o período I (1848-1869) com apenas 1%, que se mantém durante mais dois períodos (1891-1910) e (1935-1942). No terceiro (1935-1942), há uma queda para 05% do total de dados, mas com um acréscimo no último período (1996-1998) para 8%. O termo *você*, a mais freqüente das formas de indeterminação na língua oral (cf. Duarte, 1993), só apareceu a partir do período IV (1964-1968) com apenas 0,5% (2 dados), chegando a 4% no período V (1996-1998), com 21 dados.



Gráfico 3 – Estratégias de Indeterminação em cartas do século XIX

3.2.1.2. Distribuição das estratégias de indeterminação por tipo de texto

Agora, passemos à análise dos dados nos dois tipos de cartas: cartas a Rui Barbosa, classificadas como *cartas pessoais*, e cartas do Velho Liberal, classificadas como *cartas a jornal*.

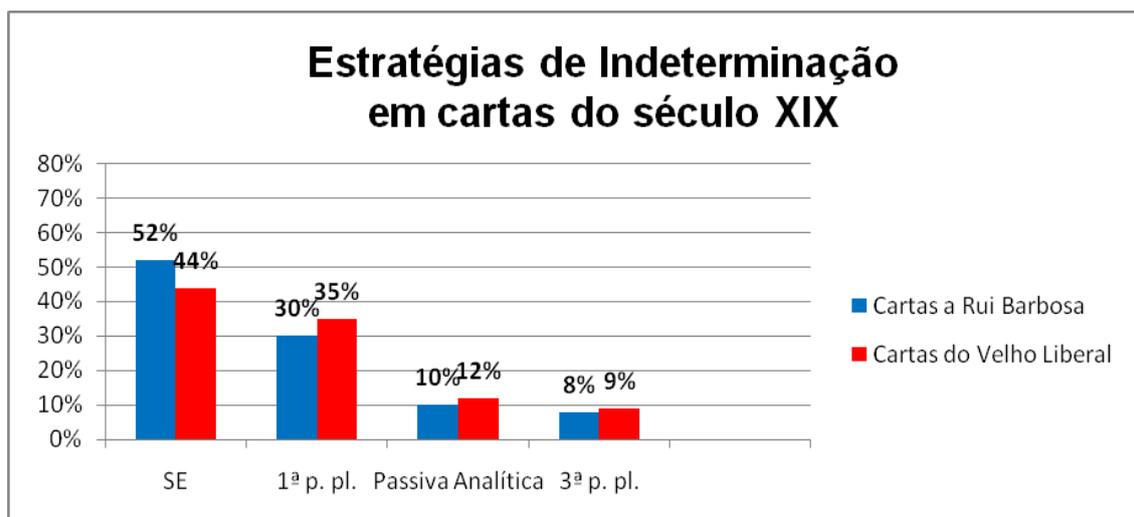


Gráfico 4 – Estratégias de Indeterminação em cartas do século XIX

Neste gráfico, notamos que há uma equivalência entre os resultados. Tanto nas *cartas a Rui Barbosa* quanto nas *cartas do Velho Liberal*, não existe diferença significativa, em termos percentuais, entre as estratégias de

indeterminação presentes nos dois tipos de texto. Em relação às formas em específico, notamos que a mais privilegiada nos dois grupos de cartas é o uso do clítico *se*, com 52% nas *cartas a Rui Barbosa* e 44% nas *cartas do Velho Liberal*. A diferença percentual pode ser explicada, principalmente, quando olhamos para os demais processos e observamos que há uma leve superioridade das *cartas pessoais* comparadas a *cartas a jornal*, ao contrário do que acontece com a partícula *se*. Enquanto nas *cartas a Rui Barbosa* a 1ª pessoa do plural (*nós*) apresenta 30% dos casos, nas *cartas do Velho Liberal* apresenta 35%. Segundo os apontamentos de Duarte (2002), tanto o *se* quanto o *nós* são ferramentas que podem indeterminar o referente. Todavia, o uso do clítico é mais freqüente nos casos em que a referência está implícita no contexto. Já em relação ao pronome, como *se* pressupõe a inclusão do usuário, nota-se que sua presença ocorre em contextos em que o referente está, de certa forma, explícito, correspondendo a um menor grau de indeterminação. Podemos observar melhor essa explicação nos exemplos (102) e (103):

(102) Creio, po- | rem firmemente que a elei- | ção se fará, por ser essa | alem de uma aspiração | muito generalizada, é a ideia | d muitos amigos do gover- | no. Assim ainda hontem | o Astolpho Pio e o Azeredo | me disseram ser imprescendi- | vel essa consulta á nação. (Arquivo – CR 75 (2)/ LAMIC CR 75 (5) – Cartas a Rui Barbosa)

(103) A liberdade dos cultos ganha terreno em todo o | mundo. Poderá não ser ainda adoptada na Turquia a | constituição que a proclama, mas o facto da proposta | pelo presidente do conselho d'Estado prova exigencias | n'esse sentido de todas as nações da Europa. || E **seremos nós** quem retrograde para a intolerancia | dos tempos da Inquisição? || - Deu-se aqui um facto no Instituto dos Advogados, | que passou desapercibido, mas a mim parece significa- | tivo. (Arquivo XVI Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

No exemplo (102), fica evidente a proximidade causada pelo uso da 1ª pessoa do plural entre emissor e receptor. A indeterminação existe, mas não é tão acentuada como no caso do emprego do clítico *se*, observada no exemplo (103). Já que em muitos casos as cartas do Velho Liberal falavam em nome de

um grupo da sociedade (aqueles que eram contra a relação Estado-Igreja) e, em alguns, em nome do jornal (por isso, classificadas como “artigo/ editorial”), podemos afirmar que a incidência da 1ª pessoa se revela mais acentuada.

No que diz respeito ao emprego da voz passiva analítica, observamos 12% no primeiro grupo e 10% no segundo. A terceira pessoa do plural segue semelhante diferença, com 9% para as *cartas a jornal* e 8% para as *cartas pessoais*.

Portanto, a análise dos dados nos mostra que, em relação aos processos de indeterminação do sujeito, há mais semelhanças do que diferenças entre os dois grupos de cartas. A princípio, acreditávamos na hipótese de que as cartas a Rui Barbosa, por serem dirigidas a uma única pessoa, sem que os remetentes imaginassem o fato de serem publicadas um dia, haveria distinções estatísticas relevantes ao compararmos com cartas destinadas a um jornal de grande circulação, em que a publicação era de conhecimento prévio por parte do remetente, como as cartas do Senhor Ottoni ao *Correio Paulistano*. No entanto, após analisarmos os resultados, percebeu-se que, na verdade, ambas as amostras apresentavam certa “preocupação” com a escrita padrão, o que, sem dúvida, poderia dificultar a presença de elementos que comprovassem o fenômeno da variação. Isso poderia ser explicado pelo fato de que os escritores de cada grupo de cartas possuíam alto grau de instrução, revelando-se, em grande parte, pessoas ilustres moradoras na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, pode-se postular que há ao longo do século XIX e primeira metade do século XX uma maior “imposição” dos pensamentos normativos no território brasileiro. De acordo com Pagotto (1994), a constituição de uma norma culta no país foi influenciada, diretamente, pelo contexto sócio-político do período em questão:

“...a história da norma culta no Brasil poderia ser contada em duas grandes fases: na primeira – que vai da segunda metade do século XIX até os anos 30 – prevalece o discurso polêmico, em que se desenvolve o trabalho de fixar as formas em seu funcionamento, com significado próprio. A segunda, a partir dos anos 40, se dá com o crescente predomínio do discurso científico, sendo que os falantes brasileiros já são sujeitos dessas formas lingüísticas. A sua manutenção se dá sem mais polêmica.” (Cf. Pagotto, 1994:14)

Por essa razão, a intensificação da norma lusitana no Brasil não possibilitaria que ocorresse, pelo menos não com tanta frequência, fenômenos que comprovassem a implementação da mudança pela qual passa o quadro pronominal do PB, especialmente na representação dos sujeitos de referência indeterminada (Cavalcante, 1999).

Ao analisarmos os dois momentos de constituição da norma culta no Brasil a que se refere o autor, notamos que estão relacionados a dois aspectos históricos importantes: o primeiro, à vinda da corte portuguesa para nosso país e o segundo, à tentativa de manter o Brasil na posição de colônia de Portugal. Pagotto afirma, ainda, que, no início do século, o movimento de “independência” foi decisivo para que se determinasse uma norma diferente daquela utilizada pela corte real. Como as elites brasileiras tinham o objetivo de trazer o país para a posição de colônia, formou-se um movimento a fim de construir uma homogeneidade cultural: “a aproximação com a cultura européia é uma forma de a elite se manter em oposição aos demais segmentos da população” (*op. cit.*, 5). Sendo assim, embora muitos escritores, como por exemplo, José de Alencar, tenham se dedicado a impedir que a norma lusitana fosse implementada em nosso território ao final do século XIX, foi constituída, no Brasil, uma norma culta idêntica aos padrões do português europeu moderno.

No início do século XX, com o auxílio do movimento modernista, a literatura passa a adotar as características “brasileiras” da língua portuguesa, deixando claro que se tratava de um protesto a esse pensamento “antinacionalista”. Contudo, esses “brasileirismos” não eram explicados como características próprias de uma gramática brasileira, mas sim como recursos de estilo. Esse capítulo de nossa história sócio-lingüística foi caracterizado, conforme Pagotto, como “segundo momento da história da constituição da norma culta no Brasil”. Além disso, o autor afirma que o próprio desenvolvimento dos estudos lingüísticos no país justificou a manutenção da norma de acordo com as diretrizes portuguesas:

O acirramento da polêmica na segunda metade do século XIX e começos do século XX foi o gesto necessário para a codificação da norma culta, ou seja, para a fundação de uma certa relação com um certo conjunto de formas lingüísticas, em detrimento de outras. A manutenção

dessas formas se deu, posteriormente, por outros meios, não sendo mais necessário recorrer ao discurso polêmico; ao contrário, o discurso científico foi que emprestou o seu verniz para a manutenção das formas estabelecidas. (cf. Pagotto, 1994:6)

Como podemos perceber, as hipóteses de Pagotto acerca da constituição de uma norma gramatical brasileira se pautam basicamente no discurso literário, ou seja, a todo momento, faz menção aos autores que contribuíram direta ou indiretamente para a constituição da norma culta no Brasil, além de apontar a acirrada polêmica entre aqueles que defendiam uma norma própria brasileira e aqueles que manifestavam a vontade pela manutenção da norma portuguesa.

3.2.1.3. Representação nula e plena das formas pronominais

Nessa etapa da análise, decidimos observar a presença/ ausência das formas pronominais dentro do discurso. A variável dependente aqui aplicada foi “sujeito nulo”, haja vista que formas como *nós* e *eles* apresentam marcação morfológica específica, permitindo, dessa forma, que possam ser omitidas nas frases. A tabela a seguir mostra como se comportaram tais estratégias na amostra trabalhada:

Representação nula e plena das formas pronominais em cartas do séc. XIX			
	Nula	Plena	Total
Nós	108/ 93%	8/ 7%	116
Eles	29/ 97%	1/ 3%	30

Tabela 5 – Representação nula e plena das formas pronominais em cartas do século XIX

Como podemos notar, há uma preferência maciça por estruturas em que o pronome não se faz presente, o que corrobora nossa hipótese inicial. Com um percentual de 93% para a 1ª pessoa do plural (*nós*) e 97% para a 3ª pessoa do plural (*eles*), fica evidente como as referidas formas pronominais são utilizadas nas cartas do século XIX.

Embora a norma gramatical recrimine o uso desses elementos como estratégia de indeterminação, visto que as marcações verbais correspondentes já seriam suficientes, a presença de *nós* e *eles*, com o objetivo de indeterminar

o sujeito, já pode ser considerada como um fenômeno relevante por representar um indício de implementação de mudança no quadro pronominal do PB, assim como atestaram Duarte (1995) e Cavalcante (1999).

De acordo com o que vemos nos gráficos a seguir, há uma equivalência entre os resultados obtidos nas cartas a Rui Barbosa e do Velho Liberal, quanto à presença/ ausência do pronome sujeito:

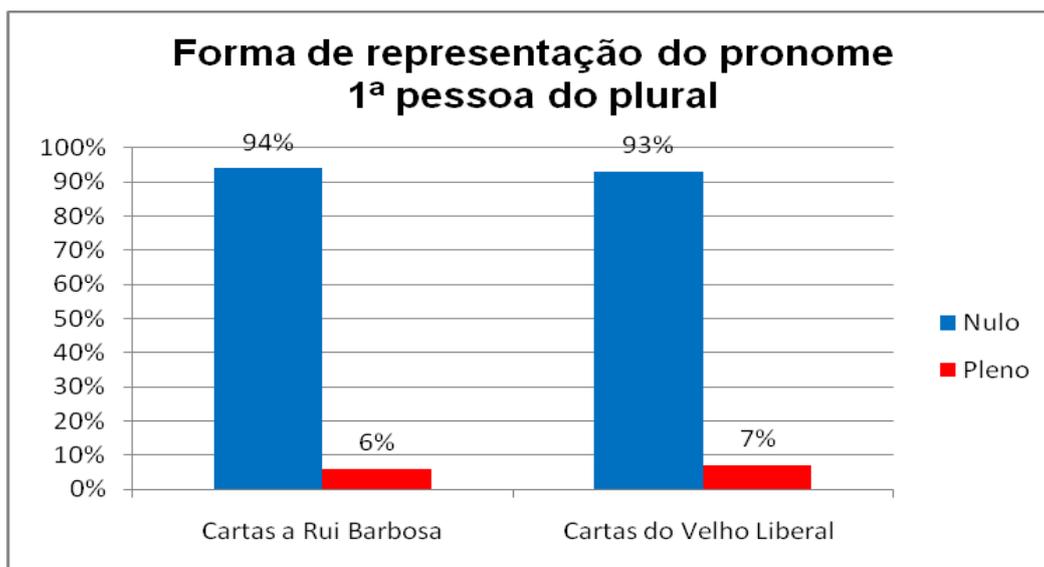


Gráfico 5 – Forma de representação do pronome – 1ª pessoa do plural

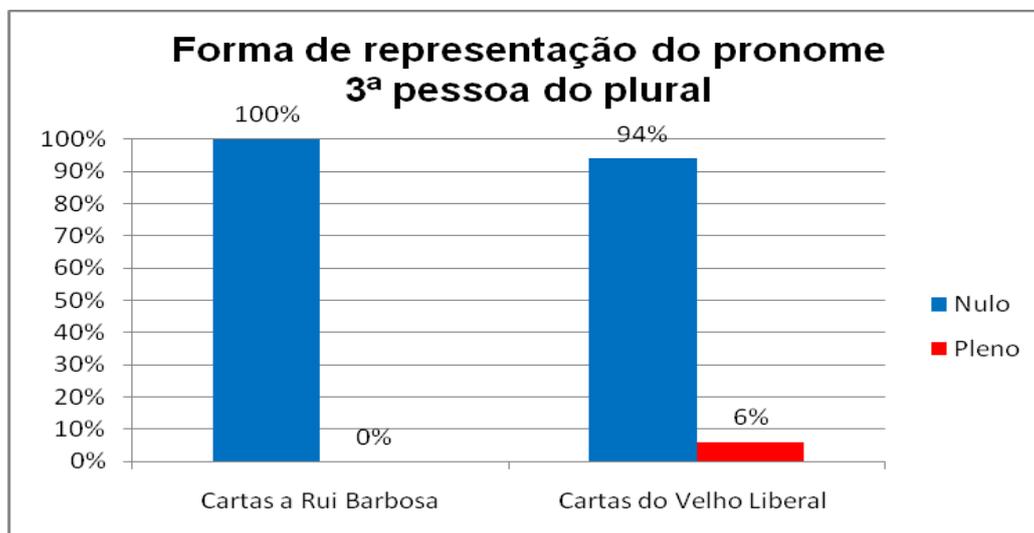


Gráfico 6 – Forma de representação do pronome – 3ª pessoa do plural

É interessante destacar que nas Cartas a Rui Barbosa, não foram encontrados dados que comprovassem a presença do pronome de 3ª pessoa; ao contrário das Cartas do Velho Liberal, que revelaram um percentual de 6%.

O exemplo (104), único dado encontrado nas *cartas a jornal*, mostra como o pronome de 3ª pessoa pode revelar certa indeterminação:

(104) A minha 9.^a carta, de 15 deste mez, ultima que foi | impressa, sahiu com erros typographicos, dous dos | quaes imperiosamente oxigem (sic) correcção. | Eu escrevera: se há luta é a Igreja...não são seus | ministros infieis os provocadores.>> Omitindo a virgula | **eles** fizeram-me attribuir á religião o que é só culpa dos que | com ella especulam.

Em relação ao pronome de 1ª pessoa, as *cartas a jornal* também apresentam um leve aumento no seu uso, comparadas às *cartas pessoais*. Como em muitos casos, o escritor das cartas ao Jornal Correio Paulistano, Senhor Christiano Benedicto Ottoni, se incluía no discurso, falando em seu nome e de um grupo específico, às vezes até em nome do periódico, ambos os pronomes eram mais usuais.

3.2.1.4. Não concordância entre verbo e argumento interno no plural nas construções com se

Nesse próximo tópico, abordaremos o exame das construções com se sem a concordância entre verbo e argumento interno plural. De um total de 62 dados, em todas as cartas analisadas, apenas 3 (5%) ocorreram sem a concordância entre argumento plural e o verbo transitivo direto. Por esse percentual total, já se pode dizer que, na variedade de língua escrita padrão apresentada nas cartas, é mais expressiva a concordância, diferentemente do que Nunes (1990) observou com textos escritos em uma norma mais próxima do vernáculo de cada época por ele estudada.

A análise da tabela a seguir nos mostra que o percentual de não-concordância é bastante inferior, com apenas 5% do total.

Ocorrência de não-concordância em construções com se			
	Casos	Percentual	Total
Com concordância	59	95%	62
Sem concordância	3	5%	62

Tabela 6 – Ocorrência de não-concordância em construções com se em cartas do séc. XIX

Esse resultado se assemelha ao alcançado por Cavalcante (1999), que mostra um processo de não-concordância menor no século XIX do que no século XX. No entanto, em um estudo com cartas de leitores e redatores de diferentes Estados do século XIX, Duarte (2002) nos mostra o efeito contrário. Isso ocorre, possivelmente, porque Cavalcante trabalhou com editoriais, artigos e crônicas, enquanto Duarte com dados extraídos basicamente das cartas de leitores, que por essa razão “talvez refletissem a norma do homem oitocentista e não a norma da imprensa carioca do século XIX”.

Em relação ao Rio de Janeiro, Duarte observa que há um aumento do processo de não-concordância – de 21% para 40% – nas cartas em comparação a um estudo feito por ela sobre anúncios na cidade do Rio de Janeiro, do final do século XIX (Duarte, 2002). Nota-se que há um índice de não-concordância maior nas cartas do que o índice médio de 10% encontrado por Cavalcante (1999) para a imprensa carioca do mesmo período. Segundo a primeira, “a diferença de gênero ou uma atuação mais ou menos forte de um serviço de revisão nos textos de responsabilidade direta do jornal seriam possíveis explicações para tais diferenças”. Essa justificativa poderia ser utilizada para entendermos a diferença percentual entre as *cartas pessoais* e as *cartas a jornal*, assim apresentadas no gráfico abaixo:

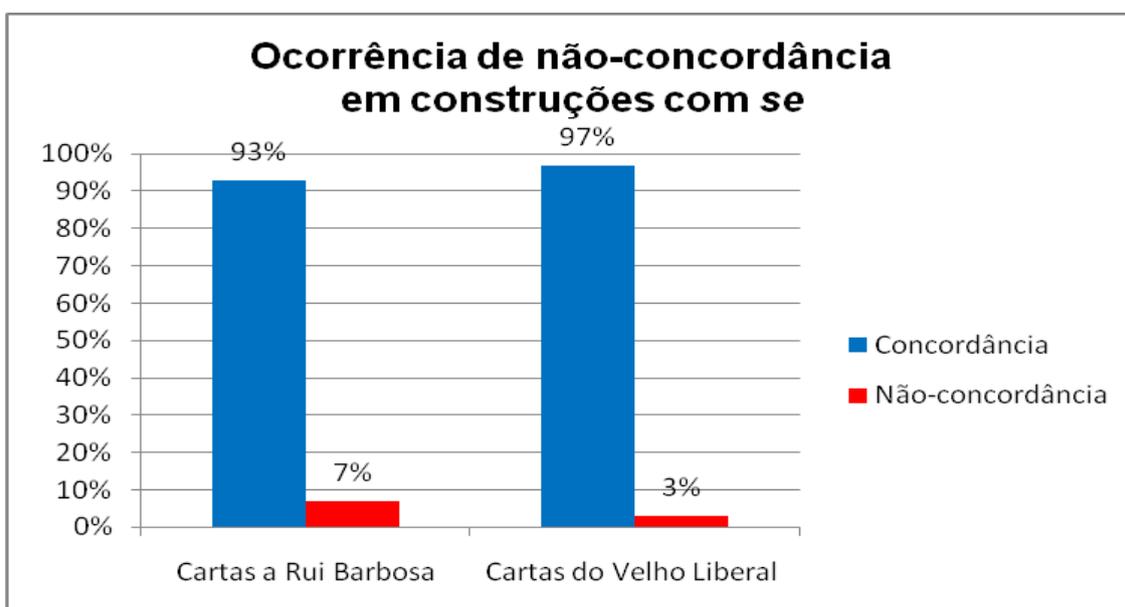


Gráfico 7 – Ocorrência de não-concordância entre verbo e argumento interno em construções com se nas sentenças finitas

Dos 82 casos do uso de *se* nas construções finitas, observadas nas cartas a Rui Barbosa, 74 casos (90%) ocorreram com verbos transitivos diretos; apenas 8 casos (10%) ocorreram com outros tipos de verbos (transitivo indireto, intransitivo e de ligação). Os 74 casos com verbos transitivos diretos revelaram que 6 casos (9%) apresentavam argumento interno oracional, 39 casos (52%) apresentavam SN singular, e 29 casos (39%) apresentavam argumento interno no plural, simples ou composto. No caso das cartas do Velho Liberal, dos 87 casos do emprego do clítico nas sentenças finitas, 77 casos (88%) ocorreram com verbos transitivos diretos; 10 casos (12%) ocorreram com outros verbos. Os 77 casos com verbos transitivos diretos revelaram que 5 casos (7%) apresentavam argumento interno oracional, 39 casos (51%) apresentavam SN singular e 33 casos (42%) apresentavam argumento interno no plural, simples ou composto.

Como as *cartas do Velho Liberal* eram publicadas em um jornal de grande circulação, o *Correio Paulistano*, é bem provável que houvesse uma revisão apurada, por parte do próprio periódico, antes de serem publicadas. O simples fato de saber previamente da publicação já poderia ser um fator decisivo para que o remetente tivesse um cuidado maior ao escrevê-las. Já as cartas a Rui Barbosa, ainda que fossem escritas por pessoas ilustres, poderiam revelar um teor de preocupação gramatical um pouco menor, haja vista que os remetentes não imaginavam que as cartas seriam publicadas um dia, principalmente porque eram de cunho particular. Sendo assim, 2 casos foram encontrados nas cartas pessoais e 1 caso foi encontrado nas cartas a jornal, como exemplificamos abaixo:

(105) Satisfaço a tua encomenda envian- | do-te a reforma Judiciaria impressa | em um folheto. Creio *que* achará | ainda oportunamente pois as férias do | fôro **extende-se** alem do dia 2 de | Fevereiro. Não vão os regulamtos pois | ainda não existem impressos aqui e *porque* | não fazes *grande* empenho em tel-os, mas | logo *que* apparecer encomendarei a meu | mano Pedro *para* te enviar.
(Arquivo – CR 87-2(2) – Cartas a Rui Barbosa)

(106) Procedendo de mais de | um estabelecimento, **faz-se** melhor a | distribuição e a regulari- | sação da pressão, e bem assim a pu- | rificação do gaz, e no caso de sus- | pensão dos trabalhos de | uma das fabricas por qual- | quer accidente, as outras sup- | prem o gaz ao districto da | que deixou de funcionar. (Arquivo – CR 3 (2) / LAMIC CR 3 (1) – Cartas a Rui Barbosa)

(107) A religião era mansa e humilde; o pulpito, o altar, o | confissionario funcionavam liberrimamente; a Igreja | obedecia as leis civis, não abria luta com a sociedade, o | padre ou era só padre; ou se era também cidadão, era | liberal, republicano ou conservador, sem a pretensão | de fundar *partido catholico*. || Havia tolerancia: não renegava sepultar a cadaveres, | nem tinha surgido o horror á hypocrisia, maçoneria | que nada tem com a religião, **cultivava-se** modesta-| mente o sentimento religioso e o proprio fanatismo. (Arquivo IX Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

Como podemos notar no exemplo (105), o aspecto favorecedor do processo de não-concordância seria a presença do adjunto adnominal “do foro” ao lado do SN (“as férias”). Possivelmente, esse elemento influenciou no uso do verbo no singular, já que também se apresenta no singular. No caso dos exemplos (106) e (107), notamos que a posição do clítico (enclítico), a estrutura do SN (composta), “a distribuição e a regularização da pressão” e a posição do SN (posposta) poderiam ser fatores favoráveis a não-concordância, assim como atestou Duarte (2002) em sua análise com cartas de leitores e redatores do século XIX, de diferentes estados.

3.2.2. Estratégias de indeterminação com formas verbais no infinitivo

São apresentados agora os índices referentes à distribuição das estratégias de indeterminação com formas verbais infinitivas, que totalizaram 80 ocorrências em toda a amostra analisada. Como veremos a seguir, o infinitivo foi utilizado como recurso de indeterminação com o auxílio, em poucos casos, do clítico *se*. Não foram encontradas outras formas para indeterminar o sujeito, como a presença dos pronomes *nós* e *eles*.

3.2.2.1. O uso do se com infinitivo

Como podemos notar na tabela a seguir, a forma preferida de sujeito é a não-marcada com 94% dos casos, contra 6% das ocorrências com se. Ainda que haja uma diferença bastante significativa entre a ausência e a presença do se nas construções com infinitivo, podemos afirmar que as hipóteses de Nunes (1990) se confirmam, pois se trata de uma mudança pela qual passa o português brasileiro em assimilar o clítico em um tipo de estrutura até então recriminada pela GT.

Uso do se com infinitivo em cartas do século XIX			
	Casos	Percentual	Total
Sem se	75	94%	80
Com se	5	6%	80

Tabela 7 – Uso do se com infinitivo em cartas do século XIX

Da mesma forma que em Cavalcante (1999) e Duarte (2002), o único fator relevante selecionado em uma rodada do programa VARBRUL, tomando como valor de aplicação a “presença do se”, seria a regência da oração infinitiva por preposição. Os exemplos (108), (109) e (110), retomados a seguir, comprovam o fato de que o principal contexto favorecedor para o uso do se nas infinitivas seria a presença de preposições, principalmente representadas por orações adverbiais e completivas nominais:

(108) A hora do accidente foi tu- | do para **se salvar** a cidade da es- | curidão e de uma catastro- | phe horrorosa os habitan- | tes da fabrica e sua circun- | vizinhanca. Propagada a chamma a | todo o edyfficio, o que poderia a- | conter (rasura) a horas mor- | tas da noite, estava realisada(?) | a catastrophe, porque o grande | medidor de gaz, os purificado- | res, achão-se no edificio | proximos d´este. (Arquivo – CR 3(2)/ LAMIC CR 3(1) – Cartas a Rui Babosa)

(109) Mas, para **se reparar** a injustiça, aggravada | pelos considerandos do decreto de 24 de nove- | de 1893 - era necessária a revogação d´esse | decreto; foi o que fez o decreto de 14 do corrente, | cujos intuitos Vossa

Excelência interpretou perfeitamente. (Arquivo – CR 176-1 (2)/ LAMIC CR 176/1 (4) – Cartas a Rui Barbosa)

(110) Nem é difficil **se saber** de que espirito será animada | a concordata, se vier a lume: nem uma ainda assignou | Pio IX que não consignasse a intolerancia, e a pros-| crição de todos os cultos não catholicos. || Nas côrtes de Hespanha se propoz ultimamente um | projecto de Constituição, em que a tolerancia religiosa | está formulada em termos menos explicitos que os da | nossa. (Arquivo XX Artigo/ Editorial – Cartas do *Velho Liberal*)

O gráfico abaixo revela que também há uma equivalência no uso do se com verbos no infinitivo entre os resultados das cartas, sendo que nas redigidas a Rui Barbosa o emprego do se é um pouco maior (9%) do que nas redigidas pelo Velho Liberal (4%).

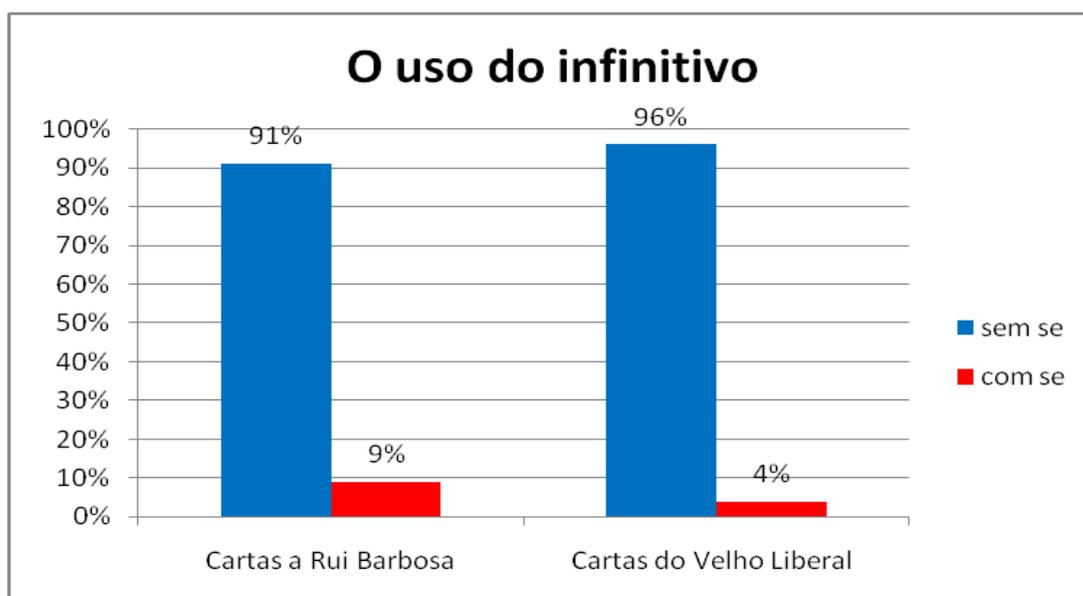


Gráfico 7 – A presença do se com infinitivo em cartas do séc. XIX

Mais uma vez, podemos utilizar a explicação de que as cartas a Rui Barbosa, por apresentar um cunho pessoal, permitiam-nos observar com um pouco mais de nitidez a implementação de mudanças em nosso sistema lingüístico, como por exemplo, a presença do se ao lado verbos no infinitivo, visto que os escritores não imaginariam que um dia as cartas seriam publicadas e, por essa razão, não tinham tanta preocupação com a norma. Ao contrário das *cartas pessoais*, aquelas que foram redigidas ao jornal Correio

Paulistano pelo Senhor Christiano Benedicto Ottoni, já apresentavam um pouco mais de preocupação com as regras gramaticais vigentes, principalmente porque eram destinadas a um periódico renomado na sociedade brasileira e, ainda, os seus textos seriam certamente revisados antes mesmo de serem publicados. É claro que não podemos nos esquecer de que, embora haja uma leve diferença entre as cartas, as semelhanças são bastante significativas, visto que o destinatário das *cartas pessoais* se tratava de Rui Barbosa, figura bastante ilustre da sociedade carioca da época, e que os remetentes revelavam alto grau de instrução, assim como o Senhor Ottoni.

Conclusões

O objetivo dessa pesquisa foi observar as diferentes estratégias de indeterminação (formas pronominais e usos do clítico *se* em construções finitas e infinitivas) em cartas do século XIX, e teve como intuito verificar, com o auxílio da sociolinguística variacionista, se haveria alguma diferença na análise de dois tipos de cartas do mesmo período: cartas *personais* e *a jornal*. Além disso, buscou-se comprovar as hipóteses levantadas por pesquisas anteriores sobre os diferentes mecanismos para indeterminar o sujeito, como Naro (1976) e Nunes (1990), a respeito da mudança pela qual passa o sistema linguístico do PB, tanto na fala quanto na escrita.

Para tanto, as seguintes hipóteses foram levantadas nesse trabalho:

- as formas *se* e *nós* (1ª pessoa do plural) concorrem como estratégias de indeterminação do elemento agente (cf. Cavalcante, 1999; Duarte, 2002), sendo mecanismos em que o referente pode ser recuperado ou não no contexto discursivo;
- a presença do clítico *se* aparece em sentenças com infinitivo desde o século XIX, assim como revelou Nunes (1990), atuando como forma de preenchimento da posição vazia dos sujeitos desse tipo de estrutura;
- a possibilidade da não-concordância entre o verbo e o argumento interno no plural ao lado da partícula *se* em construções finitas é um fenômeno variável desde o século XVI, conforme Naro (1976) e Nunes (1990) atestaram, apontando, portanto, o crescente uso do *se-indeterminador* em detrimento do *se-passivo* em virtude da redução e restrição na ocorrência da ordem VS (verbo, sujeito) no português do Brasil;

Como hipótese central dessa pesquisa, postulamos que o tipo de texto analisado poderia favorecer uma maior variabilidade, por exemplo, na concordância/ não-concordância entre verbo transitivo direto e sujeito paciente, ou talvez revelar uma estratégia de maior prestígio entre as demais. Sendo o *corpus* desta pesquisa composto por textos do gênero *cartas*, poderíamos imaginar que a informalidade seria bastante significativa, uma vez que

apresenta “uma menor pressão em direção à tradição gramatical lusitana” e, dessa maneira, facilitaria o processo de variação. No entanto, ao contrário do que se esperava, essas cartas em específico – tanto as redigidas a Rui Barbosa por diferentes remetentes, classificadas aqui como “pessoais”, e as redigidas pelo Senhor Ottoni ao jornal “Correio Paulistano”, classificadas como “cartas a jornal” – revelaram um teor de formalidade além do suposto, o que, sem dúvida, dificultou uma maior variabilidade, principalmente na concordância verbal. Isso ocorreu, possivelmente, porque ao longo do século XIX e primeira metade do século XX passa a haver uma maior “imposição” dos pensamentos normativos no território brasileiro (Pagotto, 1994). Além disso, aspectos extralingüísticos como o fato de o destinatário das *cartas pessoais* se tratar de Rui Barbosa, figura bastante ilustre da sociedade carioca da época, e de os remetentes revelarem alto grau de instrução, assim como o Senhor Ottoni, escritor das cartas ao jornal Correio Paulistano, demonstraram-se decisivos para que houvesse uma equivalência entre os *corpora*, com suave diferenciação estatística.

Para testar essas hipóteses, estabelecemos seis variáveis dependentes distintas: o tipo de texto; a forma verbal – finita e infinitiva –, as estratégias de indeterminação do sujeito; a representação nula e plena dessas estratégias; a não-concordância entre verbo transitivo direto e argumento interno no plural nas construções com *se* e o uso do *se* com infinitivo.

Os resultados a que chegamos foram os seguintes:

- Em relação às formas de indeterminação, a estratégia mais privilegiada nos dois grupos de cartas é o uso do clítico *se*, com um percentual de 48% dos casos. Em segundo lugar, com um percentual um pouco inferior em relação ao primeiro, com 33% dos casos, temos a primeira pessoa do plural (*nós*). Na terceira posição, temos o emprego da voz passiva analítica (com a ausência do termo agentivo) com 11% dos casos, concorrendo ao lado da quarta posição, ocupada pela terceira pessoa do plural (*e/les*), com 8% dos casos.
- Na amostra analisada, notou-se que há uma preferência maciça por estruturas em que o pronome não se faz presente, o que corrobora nossa hipótese inicial, com um percentual de 93% para a 1ª pessoa do plural (*nós*) e 97% para a 3ª pessoa do plural (*e/les*);

- Nas Cartas a Rui Barbosa, não foram encontrados dados que comprovassem a presença do pronome de 3ª pessoa; ao contrário das Cartas do Velho Liberal, que revelaram um percentual de 6%;
- De um total de 62 dados, em todas as cartas analisadas, apenas 3 (5%) ocorreram sem a concordância entre argumento plural e o verbo transitivo direto. Esse resultado comprova a hipótese de que no século XIX podíamos encontrar na escrita padrão, ainda que em número reduzido no referido corpus, implementações no PB já atestadas anteriormente por Naro (1976) e Nunes (1990);
- Em relação às sentenças infinitivas, observou-se que a forma preferida é a não-marcada do sujeito com 94% dos casos, contra 6% das ocorrências com *se*. Esse resultado também comprovou nossa hipótese de que podíamos encontrar no século XIX, na modalidade escrita padrão, a inserção da partícula *se* ao lado de verbos no infinitivo;

Sendo assim, os resultados estão em conformidade com as hipóteses levantadas em pesquisas anteriores, principalmente se levarmos em consideração os resultados encontrados por Naro (1976), Nunes (1990), (Cunha, 1993), Cavalcante (1999) e Duarte (2002). Sobre os tipos de cartas, concluímos que existe uma leve diferença entre as consideradas *personais* e as redigidas a *jornal*, o que, na verdade, não configura distinções percentuais significativas, como foi exposto na análise dos dados. Por essa razão, a hipótese que postulava serem diferentes as cartas a Rui Barbosa das cartas do Senhor Ottoni ao Correio Paulistano, no que tange aos processos de indeterminação do sujeito, não se confirmou. O fato de a sociedade brasileira estar passando por um processo de lusitanização naquela época, as cartas terem sido escritas, em sua grande maioria, na cidade do Rio de Janeiro, os remetentes apresentarem alto grau de instrução, terem, em uma das amostras, Rui Barbosa como destinatário, e, em outros, um jornal de grande circulação e renome, o Correio Paulistano, fez com que observássemos um processo de variação discreto e mais semelhanças do que diferenças entre os textos analisados.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão de. (1992) Sujeito Indeterminado na fala. Tese de Doutorado em Lingüística. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ. [mimeo]
- BECHARA, Evanildo (1977) *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo, Editora Nacional.
- BERLINCK, Rosane. de A. (1989) A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: Tarallo, Fernando. (org.) *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas, Pontes. p. 95-112.
- BRITO, Ana Maria. (1995) Algumas propriedades sintáticas do Português no quadro das línguas românicas: Sujeito Nulo, Infinitivo Flexionado e Clíticos Nominativos. *Lusorama - Revista de Estudos sobre os Países de Língua Portuguesa*. Portugal, Instituto Camões. p. 17-27.
- CALLOU, Dinah M. I. (1998) Mudança em tempo real de curta duração: fonologia e sintaxe. Participação na Mesa-Redonda "Mudança em tempo real e em tempo aparente" GT de Sociolingüística da ANPOLL, Campinas/SP. [mimeo]
- CAVALCANTE, Silvia Regina de O. (1996) O fenômeno da indeterminação do sujeito na escrita: algumas considerações sobre variação e ensino. Monografia de fim de curso de Mestrado. Faculdade de Letras/ UFRJ. [mimeo]
- _____. (1997) O preenchimento vs. o não-preenchimento do sujeito indeterminado na fala do português brasileiro, europeu e de Moçambique: diferenças ultramarinas? Monografia de fim de curso de Mestrado. Faculdade de Letras/ UFRJ. [mimeo]
- _____. (1999) A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca dos séculos XIX e XX. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras.
- _____. (2002) Formas de indeterminação na imprensa carioca dos séculos XIX e XX. Para a História do Português Brasileiro, Volume III: Novos estudos, São Paulo: Humanitas / FFLCH, USP.
- CHOMSKY, Noam. (1981) *Lectures on government and binding*. Foris, Dordrecht.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Luis F. Lindley. (1985) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- CUNHA, Claudia de S. (1993) *Indeterminação Pronominal do Sujeito*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras/UFRJ. [mimeo]
- CYRINO, Sonia (1994) *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Tese de Doutorado, Unicamp. [mimeo]
- DUARTE, Maria Eugênia L. (1989) Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: Tarallo, Fernando. (org.) *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas, Pontes. p. 19-34.
- _____. (1992) A perda da ordem V(erbo) S(ujeito) em interrogativas QU no português do Brasil. *Delta* 8, Nº. Especial: 37-52.
- _____. (1993) Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito do português do Brasil. In Roberts, I & Kato, M. (orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, Unicamp. p. 107-128.

- _____. (1995) *A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp. [mimeo]
- _____. (1999) A implementação do sujeito pronominal pleno na escrita padrão. Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq. Biênio 1997-1999. PEUL III. [mimeo]
- _____. (2002) Construções com se apassivador e indeterminador em anúncios do século XIX. Para a História do Português Brasileiro, Volume III: Novos estudos, São Paulo: Humanitas / FFLCH, USP.
- _____. (2002) Realizaram, realizou-se ou realizamos...? As formas de indeterminação do sujeito em cartas de jornais do século XIX. Para a História do Português Brasileiro, Rio de Janeiro, UFRJ.
- _____. (2009) O sujeito de referência indeterminada em sentenças infinitivas. Para a História do Português Brasileiro, Rio de Janeiro, UFRJ.
- GALVES, Charlotte. (1998) A Gramática do Português Brasileiro. In. Línguas e Instrumentos Lingüísticos, nº. 1, 79-98. São Paulo, Pontes.
- KATO, Mary A. & TARALLO, Fernando. (1986) Anything YOU can do in Brazilian Portuguese. In:
- KATO, Mary A. (1996) Português Brasileiro falado: aquisição em contexto de mudança lingüística. In Duarte, Inês & Leiria, Isabel (orgs.) *Congresso Internacional sobre o Português Actas*. Lisboa, Colibri.
- LABOV, William. (1994) *Principles of linguistic change*. Cambridge, Blackwell.
- LIGHTFOOT, David. (1979) *Principles of diachronic syntax*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LOPES, Célia R. dos S. (1993) *Nós e a gente no português falado do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras/ UFRJ. [mimeo]
- _____. (1998) *A inserção de a gente no sistema pronominal: percurso histórico*. Texto de Exame de Qualificação. Faculdade de Letras/ UFRJ. [mimeo]
- _____. (2003) A inserção de “a gente” no quadro pronominal do português. 01. ed. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, v. 18. 174 p.
- _____; MACHADO, Ana Carolina & VIANNA, Juliana Barbosa (2003). Análise de Variedades do Português: a introdução de novas formas pronominais na imprensa – séculos XIX e XX. Trabalho apresentado no III Congresso Internacional da ABRALIN.
- MACHADO, Marcia dos S. (1995) *Sujeitos pronominais “nós” e “a gente”: variação em dialetos populares do Norte fluminense*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras/ UFRJ. [mimeo]
- MATTOS E SILVA, Rosa V. (1996) Desenvolvimentos recentes no Brasil dos estudos histórico-diacrônicos sobre o português. Conferência realizada no *I Encontro de Variação Lingüística do Cone Sul*. Porto Alegre. [mimeo]
- MATEUS, Maria Helena M. et al. (2003) *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 2ed.
- MOLLICA, Maria Cecília M. de (1996) (org.) *Introdução à Sociolingüística*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2ª ed. Cadernos Didáticos UFRJ.
- MILANEZ,
- MONTEIRO, José L. (1994) *Pronomes Pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza, Edições UFC.
- MORAIS, Maria Aparecida C. R. Torres. (1993) Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil. In: Roberts, Ian & Kato, Mary A. (orgs.) *Português brasileiro*:

- uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas, Editora da Unicamp. p. 263-306.
- NARO, Anthony J. (1976) The genesis of the reflexive impersonal in Brazilian portuguese: a study in syntactic change as a surface phenomenon. In: *Language*, 52:4, 779-810.
- NUNES, Jairo Morais. (1990) *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp. [mimeo]
- OMENA, Nelize P. de. (1986) A referência variável da 1ª. Pessoa do discurso no plural. In Relatório apresentado à FINEP.
- _____. (1996) Referência à 1ª pessoa do discurso no plural. In: Silva, Giselle M. de O. & Scherre, M. Marta Pereira. (orgs.) *Padrões sociolingüísticos*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. p. 183-215.
- PAGOTTO, Emílio G. (1994) Norma e condescendência: ciência e pureza. Comunicação apresentada ao *I Congresso Internacional da ABRALIN*. UFBA, Salvador/BA. [mimeo]
- RAPOSO, Eduardo P. (1992) *Teoria da Gramática. A faculdade da linguagem*. Lisboa, Caminho.
- RIBEIRO, Julio. (1884) *Grammatica Portugueza*. S. Paulo.
- ROCHA LIMA. (1972) *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro. José Olympio. (1ª ed) [1994, 32ª ed.]
- SAID ALI, M. (1971). *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 7a. ed., Rio de Janeiro. (1ª. Ed 1921)
- TARALLO, Fernando. (1983) *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Tese de Doutorado, University of Pennsylvania.
- _____. (1985) *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo, Ática.
- _____. (1991) Reflexões sobre o conceito de mudança lingüística. In. *Organon*, Porto Alegre, Instituto de Letras/ UFRS, 18, 5, 11-22.
- _____. (1993) Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: Roberts, I. & Kato, Mary A. (orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, Pontes. p. 69-105.
- WEINREICH, Uriel, LABOV, William & HERZOG, Marvin. (1968) Empirical foundations for a theory of linguistic change. In: LEHMANN, W. & MALKIEL, Y. (eds.) *Directions for historical linguistics*. Austin, University of Texas Press. p. 97-195.

CAMPOS, VÍTOR CEZÁRIO SILVEIRA. A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO EM CARTAS DO SÉCULO XIX. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM LETRAS VERNÁCULAS. RIO DE JANEIRO, UFRJ, FACULDADE DE LETRAS, 2010.

RESUMO

Neste trabalho, discutem-se os processos de indeterminação do sujeito em dois tipos de cartas do século XIX – “cartas particulares” e “cartas a jornais” –, a fim de verificar se houve mudança da norma escrita de uso do século XIX até os dias atuais. Os dados são analisados na perspectiva da sociolingüística variacionista laboviana, sendo que os dados revelam que a indeterminação do sujeito no *corpus* analisado se faz, preferencialmente, com a partícula *se*, o que está de acordo com a norma subjetiva da gramática normativa. Outras estratégias de indeterminação, como verbo na primeira e terceira pessoas do plural e passiva analítica, são menos produtivas.

Rio de Janeiro

Março de 2010

CAMPOS, VÍTOR CEZÁRIO SILVEIRA. A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO EM CARTAS DO SÉCULO XIX. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM LETRAS VERNÁCULAS. RIO DE JANEIRO, UFRJ, FACULDADE DE LETRAS, 2010.

ABSTRACT

In this paper, arbitrary subjects are analyzed in written Portuguese of the 19th century under the perspective of labovian variational sociolinguistics in order to see whether there is a change from the 19th century till now, as regards the subjective pattern of use prescriptive grammar. The results show that the preferential strategy is the use of the pronoun *se*.

Rio de Janeiro

Março de 2010

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)